



09 DE JUNHO DE 2015

Terça-feira

- EM VITÓRIA, MINISTRO AFIF VOLTA A DEFENDER USO DO COMPULSÓRIO PARA EMPRÉSTIMOS ÀS MPES
- SÓ 9% DOS PEQUENOS EMPRESÁRIOS PRETENDEM CONTRATAR EM 3 MESES
- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PAULISTAS FATURARAM MENOS EM MARÇO
- PEDIDOS DE FALÊNCIAS CAEM 15,5% EM MAIO, REVELA SERASA EXPERIAN
- BNDES APRESENTA OPÇÕES DE CRÉDITO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- MPES SÃO 90% DAS EMPRESAS ATIVAS DA CIDADE
- VARGUS, DE ISRAEL, TEM PLANOS DE INVESTIR NO BRASIL
- POUCA CONCORRÊNCIA NA INDÚSTRIA DIFICULTA QUEDA NOS PREÇOS
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS CAI 19,1% EM 2015 E PROVOCA CORTE DE 6,3 MIL POSTOS DE TRABALHO
- UMA DAS MAIORES SIDERÚRGICAS DO PAÍS REDUZ PRODUÇÃO EM DOIS ESTADOS
- RESÍDUOS GERAM GANHO AMBIENTAL E REDUZEM CUSTOS
- SINDICATO REJEITA PROPOSTA DE REDUÇÃO DE JORNADA E SALÁRIOS NA USIMINAS
- ESPECIALISTA MANTÉM PREVISÃO PESSIMISTA PARA MINÉRIO
- VALE ENTREGA QUATRO NAVIOS VALEMAX PARA CHINESA COSCO
- MERCADO VÊ INFLAÇÃO MAIOR E CONTRAÇÃO MAIS ACENTUADA DO PIB EM 2015
- SEM DESONERAÇÃO, 54% DAS INDÚSTRIAS PLANEJAM DEMITIR, DIZ PESQUISA DA FIESP
- INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA PODE RECUAR PARA MENOR NÍVEL DESDE 2003

- VENDA DE MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO TERÁ QUEDA DE ATÉ 46,5% NESTE ANO
- PESQUISADOR DA FGV DIZ QUE "EXISTE VIDA APÓS O AJUSTE"
- RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO SÓ VIRÁ COM ESTÍMULO AO SETOR PRODUTIVO, AFIRMA CAMPAGNOLO
- MONTADORAS RETROCEDEM UMA DÉCADA EM MAIO E PIORAM PROJEÇÕES PARA 2015
- PLANO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTUA TERÁ EXECUÇÃO IMEDIATA, DIZ MINISTRO
- INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FUNDOS TEM CAPTAÇÃO LÍQUIDA DE R\$9,5 BI EM MAIO
- ENTENDA A POLÊMICA DO FATOR PREVIDENCIÁRIO
- HSBC ANUNCIA SAÍDA DO BRASIL E CORTE DE ATÉ 50 MIL EMPREGOS NO MUNDO
- FÁBRICAS "REGRIDEM" DEZ ANOS E REBAIXAM PREVISÕES
- PSA PEUGEOT CITROËN INVESTIRÁ € 70 MILHÕES EM LOCALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA
- PARALISAÇÃO DE ESTALEIRO PROVOCA MAIS DE 6,5 MIL DEMISSÕES NA BAHIA
- ECONOMIAS MENOS COMPLEXAS SÃO MAIS DESIGUAIS, DIZ ESTUDO
- DILMA ANUNCIA SEGUNDO GRANDE PACOTE DE CONCESSÕES COM AJUSTES PRÓ-MERCADO
- AEOLUS LANÇA PNEU PARA MINERAÇÃO NA FEIRA M&T EXPO E AMPLIA ATUAÇÃO NO BRASIL
- PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA ELEVAR A COMPETITIVIDADE DO PAÍS SÃO DESTAQUE DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA CNI

CÂMBIO Em 09/06/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,098	3,099
Euro	3,478	3,479

Fonte: BACEN

Em Vitória, ministro Afif volta a defender uso do compulsório para empréstimos às MPEs

09/06/2015- Fonte: Micro e Pequena Empresa



O ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), Guilherme Afif Domingos, voltou a defender nesta terça-feira (2), em Vitória (ES), o uso de parte do depósito compulsório para concessão de empréstimos para micro e pequenas empresas.

A declaração foi dada durante o 'Seminário Regional do Supersimples', promovido pela Comissão Especial do Supersimples e pela Frente de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, na Federação de Indústrias do Espírito Santo (Findes).

O ministro está visitando diversos estados brasileiros para discutir as demandas das MPEs e apresentar o projeto de revisão das tabelas do Simples, o "Crescer Sem Medo". Na segunda-feira (08), o evento acontece no Rio de Janeiro.

Sobre a concessão de crédito o ministro Afif defendeu o uso de 17% do depósito compulsório. "A minha proposta prevê a liberação de R\$ 40 bilhões do dinheiro do compulsório para que as empresas possam ter crédito a juros justos para manter o capital de giro ou realizar investimentos", destacou.

Sobre o "Crescer sem Medo", que visa reduzir de 20 para 7 as tabelas do Simples e criar uma rampa suave de tributação para que os pequenos, o ministro disse que a ideia é evitar o efeito caranguejo, comum hoje para que as empresas não caiam no alto crescimento da tributação.

"As empresas têm medo de crescer. Mesmo dentro do Simples elas não querem pular de uma faixa para outra. Esse medo cria uma acumulação de empresas nas primeiras faixas. Ninguém quer sair de lá.

Enquanto o empresário pode, ele abre empresa em nome de parentes e vai crescendo de lado", ressaltou Afif. De acordo com o estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) quase 85% das empresas do Simples Nacional estão nas três primeiras faixas.

O ministro aproveitou para anunciar que ainda em junho, em Brasília, o governo lança o módulo de Registro e Licenciamento de Empresas (RLE), que vai permitir a abertura de empresas com um prazo médio de cinco dias. A expectativa é que o programa atenda todo o País até o fim do ano.

"Sabemos que 90% das atividades são de baixo risco. O cidadão vai responder a um questionário e se a empresa for de baixo risco, ele terá a licença para funcionar. Estamos resgatando a credibilidade na palavra do cidadão".

O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Marcos Guerra, aproveitou para reafirmar a necessidade de aprovação do Crescer Sem Medo (PL 448) e destacou a importância da matéria para as MPEs.

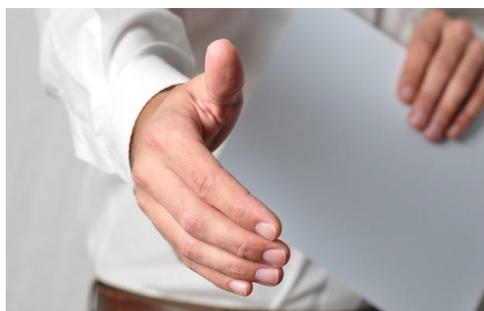
"Temos certeza que o PL será aprovado no Congresso Nacional. Não apoiar a aprovação é jogar uma pá de cal em cima de quem precisa crescer neste país", enfatizou.

Na ocasião, o deputado Bruno Lamas (PSB-ES), disse que a realização do evento no estado foi fundamental para a mobilização de projetos que vão beneficiar as MPEs do estado.

O evento contou também com a presença do secretário de desenvolvimento, José Eduardo Azevedo, representando o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB-ES), do deputado federal Helder Salomão (PT-ES) e do gerente de políticas públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick

Só 9% dos pequenos empresários pretendem contratar em 3 meses

09/06/2015- Fonte: Época Negócios



Apenas 9% dos micro e pequenos empresários varejistas e prestadores de serviços (MPEs) pretendem contratar nos próximos três meses, uma média de três trabalhadores por empresa.

De acordo com pesquisa feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o cenário político-econômico é o principal desafio empresarial e foi apontado por 32% dos entrevistados como a maior dificuldade para a expansão dos negócios. Segundo o estudo, 15% das MPEs estudam demitir nos próximos três meses, uma média de dois funcionários por empresa.

O estudo considerou apenas as micro e pequenas empresas com mais de um funcionário e traçou o perfil dos gestores, além de mapear os fatores externos que influenciam crescimento e sustentabilidade.

Com um faturamento médio anual de R\$ 439 mil e mensal de R\$ 36,5 mil, os empresários entrevistados na maioria pertencem ao varejo (52,5%), nos segmentos alimentício e de vestuário, materiais de construção e móveis e decoração. Já o setor de serviços, com 47,5% dos entrevistados, reúne os segmentos alimentício e serviços financeiros, tecnologia e informática, transportes e saúde.

A pesquisa mostrou que os recursos pessoais do empresário ou gestor foram usados como capital inicial em 63% das MPEs e como principal fonte do capital de giro em 68% das empresas. Além disso, 22% não separam as finanças da empresa das pessoais e 17% disseram que usam o cartão de crédito como fonte de capital de giro.

Segundo a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, é preocupante o número de empresários que afirmam fazer uso do cartão de crédito como fonte de capital de giro. Também a citação do cheque especial para bancar capital de giro "indica que a qualidade do crédito tomado pelas empresas não é o ideal", analisa a economista, em nota distribuída à imprensa.

Micro e pequenas empresas paulistas faturaram menos em março

09/06/2015- Fonte: Exame



O faturamento real das micro e pequenas empresas paulistas, em março, registrou um recuo de 4,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

Já na comparação com fevereiro deste ano houve um aumento de 6,1%. Os dados constam de uma pesquisa divulgada hoje (1º) pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae) e feita com o apoio da Fundação Seade.

Em março, a receita total das micro e pequenas empresas paulistas somou R\$ 46,9 bilhões, uma de queda R\$ 2,4 bilhões em relação a março de 2014.

Segundo o Sebrae, os resultados do mês "refletem a confiança em baixa dos consumidores, o aumento do desemprego, a queda do rendimento real dos trabalhadores, a inflação mais elevada e os efeitos de curto prazo das medidas de ajuste da economia, que afetaram o nível de consumo interno".

O setor mais afetado foi o de serviços, que apresentou diminuição de 12,2% na comparação com março de 2014. Já os setores de indústria e de comércio apresentaram pequena alta de 0,7% e 0,1%, respectivamente.

Entre janeiro e março deste ano, as micro e pequenas empresas paulistas registraram redução de 12,8% no faturamento real em comparação a 2014 e queda de 0,1% no total de pessoal ocupado em relação ao mesmo período.

Para os próximos seis meses, a expectativa da maior parte dos micro e pequenos empresários é de estabilidade quanto ao faturamento.

Para o Sebrae, 2015 será um ano de "análise e cautela por parte dos empreendedores, evitando desperdícios e racionalizando produção e/ou vendas".

Pedidos de falências caem 15,5% em maio, revela Serasa Experian

09/06/2015- Fonte: Serasa Experian

De acordo com o *Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações*, em maio de 2015, foram realizados 136 pedidos de falência em todo o país, representando uma queda de 15,5% em relação aos 161 requerimentos efetuados no mês anterior. Na comparação com maio de 2014, o número de pedidos caiu 3,5%, sendo que neste mês foram registrados 141 pedidos.

Em relação ao acumulado do ano, de janeiro a maio, também houve queda se comparado ao mesmo período de 2014. De janeiro a maio deste ano foram realizados 639 pedidos de falência contra 678 no mesmo período de 2014.

Dos 136 requerimentos de falência efetuados em maio de 2015, 63 foram de micro e pequenas empresas, 34 de médias e 39 de grandes.

Em relação as recuperações judiciais requeridas, houve 98 delas em maio/15, igualando ao resultado de abril deste ano (também de 98 solicitações realizadas). As médias empresas lideraram os requerimentos de recuperação judicial com 45 pedidos, seguidos pelas micro e pequenas (32), e pelas grandes empresas (4).

De acordo com os economistas da Serasa Experian, o recuo mensal dos pedidos de falências em maio/15 pode ser entendido como um movimento natural face ao número expressivo verificado em abril/15 (161 pedidos), o maior desde outubro/14.

Assim, o quadro de dificuldades financeiras para as empresas continua inalterado, o que é corroborado pelo elevado número de recuperações judiciais requeridas em maio/15 (98 pedidos), igualando ao de abril/15, sendo o maior valor desde novembro/13.

Confira abaixo as tabelas completas com os números de falências e recuperações:

Análise Mensal			
Instrumento / Porte	mai/14	abr/15	mai/15
Falência Requerida	141	161	136
Micro e Pequena Empresa	70	85	63
Média Empresa	41	33	34
Grande Empresa	30	43	39
Falência Decretada	78	62	96
Micro e Pequena Empresa	56	44	73
Média Empresa	14	14	18
Grande Empresa	8	4	4
Recuperação Jud. Requerida	78	98	98
Micro e Pequena Empresa	39	54	32
Média Empresa	20	29	45
Grande Empresa	19	15	21
Recuperação Jud. Deferida	35	78	98
Micro e Pequena Empresa	15	42	47
Média Empresa	7	21	33
Grande Empresa	13	15	18
Recup. Jud. Concedida	34	9	43
Recup. Extrajud. Requerida	-	2	-
Recup. Extrajud. Homologada	-	-	-
Análise: JAN a MAI			
Instrumento / Porte	jan-mai/13	jan-mai/14	jan-mai/15
Falência Requerida	734	678	639
Micro e Pequena Empresa	434	342	327
Média Empresa	191	170	144
Grande Empresa	109	166	168
Falência Decretada	286	316	352
Micro e Pequena Empresa	219	256	254
Média Empresa	54	41	76
Grande Empresa	13	19	22
Recuperação Jud. Requerida	384	345	387
Micro e Pequena Empresa	205	188	204
Média Empresa	118	98	113
Grande Empresa	61	59	70
Recuperações Jud. Deferida	318	277	332
Micro e Pequena Empresa	157	161	172
Média Empresa	102	79	95
Grande Empresa	59	37	65
Recup. Jud. Concedida	85	113	122
Recup. Extrajud. Requerida	2	1	2
Recup. Extrajud. Homologada	2	-	-

A série histórica deste indicador está disponível em

http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/falencias_concordatas.htm

Metodologia

O Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações é construído a partir do levantamento mensal das estatísticas de falências (requeridas e decretadas) e das recuperações judiciais e extrajudiciais registradas mensalmente na base de dados da Serasa Experian, provenientes dos fóruns, varas de falências e dos Diários Oficiais e da Justiça dos estados. O indicador é segmentado por porte.

Serasa Experian

A Serasa Experian é líder na América Latina em serviços de informações para apoio na tomada de decisões das empresas. No Brasil, é sinônimo de solução para todas as etapas do ciclo de negócios, desde a prospecção até a cobrança, oferecendo às organizações as melhores ferramentas. Com profundo conhecimento do mercado brasileiro, conjuga a força e a tradição do nome Serasa com a liderança mundial da Experian.

Criada em 1968, uniu-se à Experian Company em 2007. Responde on-line/real-time a 6 milhões de consultas por dia, auxiliando 500 mil clientes diretos e indiretos a tomar a melhor decisão em qualquer etapa de negócio.

É a maior Autoridade Certificadora do Brasil, provendo todos os tipos de certificados digitais e soluções customizadas para utilização da tecnologia de certificação digital e de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e), tornando os negócios mais seguros, ágeis e rentáveis.

Constantemente orientada para soluções inovadoras em informações para crédito, marketing, identidade digital e negócios, a Serasa Experian vem contribuindo para a transformação do mercado de soluções de informação, com a incorporação contínua dos mais avançados recursos de inteligência e tecnologia.

Para mais informações, visite www.serasaexperian.com.br

Experian

A Serasa Experian é parte da Experian, líder mundial em serviços de informação, fornecendo dados e ferramentas de análise a clientes ao redor do mundo. O Grupo auxilia os clientes no gerenciamento do risco de crédito, prevenção a fraudes, direcionamento de campanhas de marketing e na automatização do processo de tomada de decisão.

A Experian também apoia pessoas físicas na verificação de seus relatórios e scores de crédito e na proteção a fraudes de identidade. Em 2014, a Experian foi eleita pela revista *Forbes* como uma das companhias mais inovadoras do mundo.

A Experian plc está registrada na Bolsa de Valores de Londres (EXPN) e compõe o índice FTSE 100. A receita total para o ano fiscal encerrado em 31 de março de 2014 foi de US\$ 4,8 bilhões. A empresa emprega cerca de 16.000 pessoas em 39 países e possui sede corporativa em Dublin, na Irlanda e sedes operacionais em Nottingham, no Reino Unido; na Califórnia, Estados Unidos, e em São Paulo, Brasil.

BNDES apresenta opções de crédito para micro e pequenas empresas

09/06/2015- Fonte: BVNews

Empresários de Roraima tiveram a oportunidade de conhecer os produtos disponibilizados pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) para atender às micro, pequenas e médias empresas. O evento foi organizado pelo Sebrae Roraima durante a primeira edição 2015 do Seminário de Acesso ao Crédito.

Além do representante do BNDES, Anderson Marques, estiveram presentes gerentes e superintendentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco da Amazônia (BASA). A proposta foi aproximar os agentes financeiros dos empreendedores, apresentando as opções que cada banco oferece e esclarecer dúvidas de como obter a aprovação do crédito.

“O Sebrae tem como missão promover a sustentabilidade e o fomento ao empreendedorismo. Disseminar forma de acesso ao crédito, com orientação, faz parte

desse trabalho. E este seminário é uma oportunidade única para que nossos empreendedores conheçam as linhas de crédito disponíveis no mercado para que a gente possa fechar bons negócios no futuro”, afirmou Kátia Veskesky, coordenadora de Projetos Estratégicos do Sebrae.

De acordo com Anderson Marques, gerente do BNDES Amazônia, o banco destinou em 2014, o equivalente a R\$ 188 bilhões em crédito, sendo que pelo menos 96% desse montante foi destinado para impulsionar o desenvolvimento de micro, pequenas e grandes empresas.

“A maioria das pessoas quando ouve falar do BNDES pensa que é um banco para financiar apenas grandes empresas. Temos sim, muitos investimentos em grandes obras de infraestrutura no país.

Mas, hoje, queremos mudar essa visão e mostrar que o BNDES também pode ser um importante parceiro dos pequenos negócios”, disse, Anderson explicou que no caso deste público específicos, as operações com o BNDES são mediadas por meio dos chamados agentes financeiros, representado por Bancos como o do Brasil, CEF e o Basa. Ele também apresentou as linhas de financiamento disponibilizadas pelo banco.

“Temos uma linha completa com opções de crédito para cada situação. O que esperamos é que os empreendedores locais façam bons negócios, cresçam e ajudem o Brasil a passar por esse momento de turbulência. Vocês juntos são os responsáveis pelo crescimento de Roraima”, afirmou o gerente.

Para quem participou da atividade, o Seminário serviu tanto para esclarecer dúvidas quanto para conhecer novas possibilidades de crédito. Este foi o caso de Raquel Carvalho e Alexandre Lima. Há três anos, o casal iniciou o projeto para implantação de um empreendimento educacional.

Com um ano e dois meses de existência, a Smartz School oferece aulas de Português, Matemática e Inglês. A empresa também é atendida no projeto do Sebrae Excelência em Serviços.

“Participar do Seminário foi interessante para conhecer novas alternativas que não conhecíamos. Além de ter contato mais próximo com os representantes do banco. Foi um momento bem interessante”, afirmaram.

Após, a palestra, o Sebrae promoveu ainda uma rodada de negócios permitindo que os participantes esclarecessem dúvidas com os representantes dos bancos convidados. O Sebrae Roraima planeja realizar mais uma edição do Seminário de Acesso ao Crédito no segundo semestre deste ano, na cidade de Rorainópolis, atendendo aos empreendedores da região Sul do Estado.

MPEs são 90% das empresas ativas da cidade

09/06/2015- Fonte: J. Cruzeiro

Mais de 90% das empresas ativas em Sorocaba é composta por Micro e Pequenas Empresas (MPEs). Dados do Empresômetro - ferramenta de análise idealizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) - aponta aumento em relação a 2014. Das 64.213 empresas ativas no município, de acordo com o último levantamento, 58.446 são MPEs. No ano passado eram 61.066, sendo 55.714 MPEs.

Pelo regime de tributação, 22.330 (38%) estão registradas no Simples Nacional, 19.843 (34%) pelo Microempreendedor Individual (Simei) e 16.389 (28%) no regime normal. As micros e pequenas empresas têm papel fundamental para a economia, sendo as maiores

geradoras de empregos, observa o secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedet), Geraldo César Almeida.

Esse incremento é atribuído ao reflexo econômico, ao momento anterior vivenciado, e mesmo à facilidade de regularização por parte de microempreendedores, acredita o gerente regional do Sebrae de Sorocaba, Alexander Terra.

Para reforçar a importância das MPEs, o secretário Geraldo Almeida cita estudo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com parceria da Fundação Getúlio Vargas, em que as MPEs foram responsáveis por mais de 80% dos empregos gerados no país.

A crise não escolhe grande ou pequeno. "Afinal, a desaceleração da economia, o aumento da inflação, o aumento do combustível e o preço da energia afetam todos os empreendedores", justifica.

Em Sorocaba, segundo dados da Sedet, são abertas, em média, quinhentas micros e pequenas empresas/mês: 50% são de Empreendedores Individuais, com faturamento de até R\$ 60 mil/ano. O fato do desemprego ter impulsionado muitas pessoas a abrir seu próprio negócio foi um fato notado.

"Na prática são pequenos empreendimentos que não exigem grandes investimentos e que conseguem manter uma renda de sobrevivência aos empreendedores."

Crescendo com a crise

Apesar do cenário pouco otimista da economia, a formalização de pequenos negócios deve continuar em crescimento este ano em Sorocaba, acredita. Os setores ligados às necessidades básicas como a alimentação, roupas, reparos e manutenção em geral, principalmente, devem manter esse ritmo de crescimento, observa.

A princípio, a recessão costuma abalar setores como indústria e construção civil de grande porte, e em segundo plano as atividades econômicas ligadas ao comércio e os serviços, observa.

O secretário esclarece que parte das MPEs estão em serviços nos quais a recessão não chegou com tanta força ainda. "Mas elas devem começar a sentir a crise a partir do meio do segundo semestre deste ano", acredita.

A crise será sentida primeiro por aqueles que não investiram em inovação, capacitação e planejamento. "Embora seja uma época turbulenta, as pequenas empresas sabem que têm bastante espaço para empreender e crescer."

Em relação à mortalidade das MPEs, em 2010 os números do Empresômetro mostravam que 6% das micros e pequenas haviam fechado as portas em Sorocaba. A contagem de 2014, até agora, tem sido positiva, afirma o secretário Geraldo Almeida.

Os dados indicam que num universo de 58 mil MPEs sorocabanas apenas 0,4% do total do País (1.618) fecharam. Para Almeida, esse resultado pode ser atribuído a um trabalho de melhoramento do ambiente empreendedor constante.

Ele faz um comparativo com Campinas, onde a taxa de mortalidade está em 0,8% neste ano. No que tange à sobrevivência das MPEs, Sorocaba, São José dos Campos, Santo André e Ribeirão Preto conseguiram manter um saldo positivo neste momento de crise.

De 2007 a 2013 a cidade manteve taxa estável em 0,7% do total de MPes brasileiras. Em 2014 houve sensível queda para 0,3%. Agora, em 2015, a situação continua a sinalizar de forma otimista, considera.

De acordo com Geraldo Almeida, Sorocaba é uma das principais cidades do País em potencial de consumo. A projeção do IPC Maps 2015 aponta que Sorocaba deve ficar em 25º na lista de cidades brasileiras que mais consomem produtos e serviços, bem como 7º lugar no Estado.

Entre as cidades paulistas, a pesquisa projeta que este ano Sorocaba subirá uma posição em relação a 2014. Já no ranking nacional, Sorocaba deve manter-se na mesma posição.

Desemprego impulsiona empreendedorismo

O gerente regional do Sebrae, Alexander Terra, conta que existe o empreendedorismo de oportunidade e o de necessidade que, nesse caso, está sendo impulsionado, na maior parte, pelo desemprego. Ser empresário é uma possibilidade, justifica.

A facilidade na formalização é outro fator que está modificando esse cenário porque muitas empresas estão regularizando a situação.

"Qualquer microempreendedor individual que fatura até R\$ 5 mil por mês pode entrar na internet e conseguir seu CNPJ. Ele vai pagar apenas R\$ 42 de imposto." Um terceiro fator citado é a "boa" economia dos dois anos anteriores, quando o mercado estava aquecido. "A indústria era a única que sentia e já estava em desaceleração."

O setor do comércio começou a sentir o impacto a partir de novembro passado, enquanto o de serviços, em fevereiro e março, acrescenta.

Terra informa que em fevereiro de 2015, em pesquisa realizada com 1.561.527 MPes cadastradas pelo Sebrae, os segmentos da indústria, comércio e serviços deixaram de faturar R\$ 9,6 bilhões. "Isso mostra claramente que o mercado desaqueceu."

Ele comenta que a procura de interessados em abrir empresas é significativa, no entanto, destaca o risco de mortalidade, principalmente quando não há planejamento.

O Sebrae desenvolve um trabalho nesse sentido, informa. "Uma das principais fontes de mortalidade é o mal planejamento. Por isso é importante ter orientação e convicção do momento certo para entrar no mercado", alerta.

Terra destaca a importância de buscar informações e orientações, inclusive por quem pretende manter seu negócio, para tornar a empresa mais eficiente e, desta forma, poder sobreviver à crise.

Censo das MPes

As estatísticas relacionadas a abertura e fechamento de micro e pequenas empresas e do Simples Nacional estão disponíveis no site da Empresômetro, desde o dia 18 de novembro do ano passado.

Por meio do portal www.empresometro.cnc.org.br é possível encontrar os dados por cidade, Estado e atividade econômica.

A ferramenta permite acompanhar, em tempo real, a abertura de micro e pequenas empresas em todo o País. Também a localização de todos os empreendimentos ativos no País, de acordo com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

Vargus, de Israel, tem planos de investir no Brasil

09/06/2015- Fonte: Usinagem Brasil



Após instalar filial no Brasil, no início deste ano, a fabricante de ferramentas Vargus, que tem sede em Israel, participou pela primeira vez com estande próprio na Feimafe. No evento, o presidente mundial da companhia Harry Ehrenberg afirmou que os planos da Vargus para o mercado brasileiro são de longo prazo: "Em três anos pretendemos estar fabricando ferramentas no Brasil".

Ehrenberg conta que a Vargus produz ferramentas há mais de 50 anos, tendo se especializado no segmento de corte e canal e rebarbação. 15 anos atrás passou a atuar também na área de fresamento e torneamento de roscas.

"Este é um nicho que responde por cerca de 4% de todo o mercado de usinagem, mas somos líderes absolutos nesta área, com portfólio três vezes maior que os demais concorrentes", destaca.

No Brasil, onde está presente há mais de uma década, a princípio via representantes, detém cerca de 2% de market share no nicho de fresamento e torneamento de roscas. "Pretendemos chegar a 25% em cinco anos", comenta o executivo.

Para exemplificar, cita o caso da Suíça, onde a Vargus atingiu 50% de participação nesse segmento. "Resultado de um trabalho de longo prazo", como faz questão de frisar.

Ehrenberg explica que atualmente a empresa mantém 13 subsidiárias e representantes em 30 países. "Há sete anos consecutivos temos tido crescimento de dois dígitos no mundo e devemos manter esse ritmo em 2015, com bons resultados na Europa, nos EUA e nos Brics", afirma.

Quanto ao Brasil, considera que, embora tenha se instalado diretamente aqui após seus principais concorrentes, a Vargus chegou no momento certo. "Nesses momentos de queda de demanda os clientes têm tempo para pensar em ser mais eficientes e podemos contribuir nesse processo".

O fato de a indústria brasileira não estar em um momento favorável não o preocupa. Ehrenberg diz que a economia é cíclica e desenha num papel um gráfico com picos e vales, no qual cada pico é sempre superior ao anterior.

"Se pensássemos no curto prazo seria um problema, mas estamos pensando no longo prazo. Viemos para o Brasil porque percebemos que não seria possível alcançar nossas metas só através de importação. Para nós o Brasil é um mercado importante, assim como os demais Brics, com grande potencial de crescimento para nossos produtos".

"Estamos chegando agora ao mercado brasileiro para construir uma empresa e temos certeza que estaremos maiores em 2016", acrescenta. Para atender os objetivos, a filial

já conta com estoque local, assistência técnica e suporte aos clientes. Agora, o foco está no aumento da qualidade dos serviços e no treinamento.

A ordem é capacitar o maior número de pessoas possível no uso das ferramentas da empresa, em especial no fresamento e torneamento de roscas, tecnologia ainda não muito difundida na indústria brasileira. "O próximo passo será a produção de ferramentas especiais, como suportes e insertos, a partir de 2018".

Pouca concorrência na indústria dificulta queda nos preços

09/06/2015- Fonte: Exame



A existência de segmentos da indústria nos quais a concorrência é pequena favorece o repasse de custos ao consumidor e dificulta a queda nos preços, num período em que a atividade econômica é fraca no Brasil e no qual os estoques estão elevados.

A avaliação é do coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), André Chagas.

Em entrevista ao Broadcast e por meio de um levantamento específico distribuído ao serviço noticioso da Agência Estado, ele destacou que este vem sendo um grande obstáculo até para que a política monetária mais dura adotada pelo Banco Central atinja o seu objetivo mais rapidamente, de combate à inflação elevada verificada no País em 2015.

"Um quarto da inflação de maio em São Paulo veio deste grupo de itens industrializados", comentou Chagas, referindo-se a uma série de componentes acompanhados pela Fipe no IPC. Entre estes itens, estão preços de alimentos industrializados, artigos de limpeza, higiene e beleza e também remédios, que passaram por reajuste anual recentemente.

O IPC de maio, conforme divulgação feita na terça-feira, 02, pela Fipe, registrou taxa de 0,62% na capital paulista.

No mesmo período, o estudo específico do instituto detectou que os alimentos industrializados apresentaram aumento de 0,64%; os artigos de limpeza tiveram alta de 1,46%; os preços de itens de higiene e beleza cresceram 0,71%; e os valores dos remédios subiram 1,83%.

"Não é só inércia inflacionária", comentou o coordenador do IPC, referindo-se ao fato de os itens permanecerem avançando gradativamente. "Há uma estrutura de concorrência que favorece esses repasses de custos", avaliou.

Para Chagas, com a falta de concorrência em diversos segmentos da indústria concentrados nas mãos de poucos grupos, fica mais fácil este repasse das despesas observadas em 2015.

Neste ano, os preços administrados, principalmente a tarifa de energia elétrica, tiveram reajustes bastante significativos e o caminho natural de muitos produtores é a transmissão das despesas maiores para os consumidores, mesmo com a demanda fraca.

Conforme a Fipe, entre janeiro e maio de 2015, a energia elétrica ao consumidor acumulou alta de 49,20% em São Paulo e ficou com variação muito acima da inflação média captada pelo IPC, de 5,36%.

O mesmo aconteceu no acumulado de 12 meses, já que o item avançou 74,52% ante 7,60% do indicador.

Ao fazer um paralelo com o segmento de empresas aéreas, onde ainda existe uma certa concorrência, André Chagas lembrou que a demanda fraca já trouxe a alternativa inevitável do barateamento das passagens de avião para que o setor atraia os consumidores numa disputa com as outras companhias existentes.

Em maio, por meio da pesquisa do IPC da Fipe, o destaque de baixa entre todos os itens pesquisados foi exatamente a passagem aérea, com deflação de 10,27%.

E entre janeiro e maio, a queda acumulada foi de 17,16% em São Paulo. No acumulado de 12 meses, o recuo até maio foi de 25,90%, segundo a Fipe.

Produção de veículos cai 19,1% em 2015 e provoca corte de 6,3 mil postos de trabalho

09/06/2015- Fonte: O Estado de S. Paulo



A produção de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus no mercado brasileiro em maio caiu 3,4% na comparação com abril e recuou 25,3% ante o mesmo mês do ano passado, divulgou nesta segunda-feira, 8, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

No quinto mês do ano, foram produzidos 210.086 veículos no País, o menor nível para o mês desde 2005. Com o resultado, a produção acumula queda de 19,1% no ano até maio, na comparação com igual período de 2014.

O resultado é reflexo das medidas de corte de produção adotadas pelas montadoras nos últimos meses para tentar diminuir estoques e adequar o nível de produção à baixa demanda do mercado.

No mês passado, fábricas como Fiat, GM e Mercedes concederam férias coletivas e licenças remuneradas, colocaram grupos de metalúrgicos em lay-off (suspensão temporária dos contratos) ou promoveram paradas técnicas estratégicas.

Mesmo com a diminuição do estoque total de veículos em maio ante abril, o presidente da Anfavea, Luiz Moan, prevê que a indústria automobilística brasileira ainda passará por

um "grande corte" na produção nos próximos meses. Segundo ele, esse ajuste vai durar pelo menos até julho.

Em maio, o estoque total de veículos nos pátios das concessionárias e das montadoras caiu para 361,1 mil, menor do que as 367,2 mil unidades estocadas em abril. Com a queda, o estoque total no mês passado era suficiente para 51 dias de venda, ante 52 dias em abril (considerando o ritmo de vendas de maio). O setor considera ideal um estoque equivalente a 30 dias de vendas.

Ainda de acordo com Moan, há cerca de 25 mil trabalhadores afastados pelas montadoras por meio de lay-off, férias coletivas, licença remunerada, dentre outros. Levantamento feito pelo Broadcast, serviço de informações da Agência Estado, no início de junho mostrou que o número de metalúrgicos afastados em junho deve superar 40 mil trabalhadores, com o afastamento de mais 17 mil empregados a partir da segunda quinzena de junho.

Mesmo com o afastamento de funcionários, a indústria automobilística brasileira eliminou 1.380 vagas em maio. Após as recentes medidas de ajuste da produção à baixa demanda, o setor encerrou o quinto mês do ano com 138,2 mil empregados, 1% a menos do que em abril e 9,2% menor do que o contingente de trabalhadores de maio do ano passado.

Segundo a Anfavea, esse é o menor nível de emprego para o mês desde 2010, quando o setor encerrou com 129 mil trabalhadores. Com esses cortes, a indústria automotiva já demitiu 6,3 mil empregados em 2015.

Segmentos. Considerando apenas automóveis e comerciais leves, a produção em maio chegou a 201.598 unidades, o equivalente a queda de 3,4% em relação a abril e recuo de 24% ante maio de 2014.

No mês passado, foram produzidos 176.104 automóveis e 25.494 comerciais leves, o menor nível para o mês desde 2007. Com isso, a produção de autos e leves juntos acumula queda de 17,5% nos primeiros cinco meses de 2015 frente o mesmo período do ano passado.

A produção de caminhões, por sua vez, caiu 10,1% em maio na comparação com abril e recuou 51,4% ante maio de 2014. Ao todo, a produção de caminhões atingiu 6.169 unidades no quinto mês deste ano, menor patamar para o mês desde 1999. Com o resultado, a fabricação de pesados acumula queda de 46,4% em 2015 até maio em relação aos cinco primeiros meses do ano passado.

Vendas. As vendas totais de veículos em maio caíram 3% em maio na comparação com abril e 27,5% ante o mesmo mês do ano passado. No quinto mês de 2015, foram emplacadas 212.696 unidades em todo o País. Com o resultado, os licenciamentos acumulam queda de 20,9% nos primeiros cinco meses deste ano em relação a igual período de 2014.

Considerando somente automóveis e comerciais leves, foram emplacados 205.229 unidades em maio, o equivalente a recuos de 3,2% na comparação com abril e de 26,3% ante um ano atrás. Em maio deste ano, foram vendidos 175.671 automóveis e 29.558 comerciais leves. Com o resultado, as vendas de autos e leves juntas acumulam queda de 20% neste ano até agora em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2014.

Máquinas agrícolas. A produção de máquinas agrícolas e rodoviárias em maio caiu 1,2% na comparação com abril e recuou 26,8% ante um ano atrás. No mês passado, foram fabricadas 5.580 unidades. Com o resultado, a produção de máquinas acumula retração de 23% neste ano até maio, em relação a igual período de 2014.

As vendas internas de máquinas agrícolas e rodoviárias no atacado, por sua vez, atingiram 4.148 unidades em maio, queda de 2,6% em relação a abril e recuo de 32,6% ante o mesmo mês do ano passado. Após o desempenho do mês passado, as vendas acumulam retração de 25,2% em 2015 até o momento.

Já as exportações de máquinas agrícolas em valores totalizaram US\$ 139,798 milhões em maio, queda de 5,6% na comparação com abril e recuo de 50,5% ante igual mês do ano passado. Com o resultado, as vendas externas de máquinas agrícolas recuam 41,3% neste ano até maio.

Exportações. Ainda segundo a Anfavea, as exportações em valores de autoveículos e máquinas agrícolas somaram US\$ 1.261.986 em maio, alta de 50,9% na comparação com abril e avanço de 12,6% ante o mesmo mês do ano passado. Mesmo com os resultados positivos, as vendas externas em valores ainda acumulam recuo de 12,1% nos cinco primeiros meses de 2015 na comparação com um ano atrás.

No quinto mês deste ano, foram exportados 40.762 unidades de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus exportados. A quantidade corresponde a alta de 41,7% na comparação com abril e crescimento de 16,5% ante o mesmo mês do ano passado. No ano, as exportações em unidades acumulam avanço de 3% frente a igual período de 2014.

Uma das maiores siderúrgicas do país reduz produção em dois estados

09/06/2015- Fonte: Globo.com

A crise na economia já atingiu praticamente toda a cadeia produtiva. A Usiminas, uma das maiores siderúrgicas do país, reduziu a produção em unidades de dois estados.

Mais um forno desligado. O equipamento da usina siderúrgica de Ipatinga (MG) deixou de operar. No último fim de semana, a Usiminas também desligou um alto-forno da siderúrgica de Cubatão(SP). Construído há 50 anos, ele tem capacidade para produzir 115 mil toneladas de ferro-gusa, usado na fabricação de aço.

A siderúrgica informou que as medidas são reflexo da atual crise do setor industrial. A empresa pretende cortar custos operacionais e, para evitar demissões, quer diminuir a jornada de trabalho.

A proposta é deixar parte dos funcionários de folga um dia útil da semana, com redução de salário proporcional. O Sindicato dos Siderúrgicos de Cubatão diz que a medida pode atingir 3 mil trabalhadores nas duas unidades.

"Não aceitamos redução de salário com redução de jornada. Se a empresa quiser discutir redução de jornada, mantendo o mesmo salário, o sindicato discute", diz Claudinei Rodrigues Gato, vice-presidente do sindicato dos siderúrgicos.

As siderúrgicas produziram mais aço nos primeiros quatro meses deste ano na comparação com o mesmo período de 2014. Um aumento de 1,6% na produção de aço bruto e 2,5% na de laminados, mas as vendas foram no sentido contrário: queda de 7,5%. Reflexo da baixa atividade econômica de setores importantes como o automotivo e o da construção civil.

"O problema é da indústria brasileira do aço, o problema da indústria de transformação, que enfrenta um mercado muito fraco e vem perdendo competitividade por causa de fatores que fogem à competência das empresas.

A energia mais cara do mundo, juros elevadíssimos, carga tributária elevada, acumulatividade de impostos e câmbio", analisa Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil.

Resíduos geram ganho ambiental e reduzem custos

09/06/2015- Fonte: EM.com

Na indústria siderúrgica, as exigências quanto à sustentabilidade da produção tendem a ser cada vez mais incorporadas pelas empresas, destaca Cristina Yuan, diretora de Assuntos Institucionais do Instituto Aço Brasil (IABr).

Alguns clientes estabeleceram requisitos próprios baseados, por exemplo, na eficiência energética das usinas, obtida por meio do aproveitamento dos gases emitidos no processo produtivo. A geração térmica a partir dos gases do processo industrial e a energia hidrelétrica própria das enoesas já somam 53% dos volumes demandados.

Um dos principais avanços do setor é visto no valor agregado ao aço com o desenvolvimento de coprodutos, antes descartados como resíduos. "Há um grande esforço para que todos os materiais sejam reutilizados tanto no processo de produção do aço, quanto em outros setores", afirma.

O trabalho permite que a totalidade do resíduo da produção de ferro-gusa, matéria-prima do aço, nos altos-fornos das usinas siderúrgicas seja hoje, consumida na fabricação de cimento.

Pesquisa feita pelo IABr junto a suas associadas indicou que a indústria siderúrgica brasileira, a despeito da crise de demanda e preços enfrentada pelo setor, investiu R\$ 530 milhões no ano passado em gestão ambiental e prevenção de impactos da produção de aço.

O aporte significou quase metade dos recursos de R\$ 1,2 bilhão aplicados em 2014 pelas empresas. Cristina Yuan diz que o Brasil está bem posicionado perante seus concorrentes no mundo em relação ao uso racional de energia, desenvolvimento de coprodutos e recirculação de 96% da água consumida no processo de produção.

Sindicato rejeita proposta de redução de jornada e salários na Usiminas

09/06/2015- Fonte: EM.com

O Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, em Minas Gerais, rejeitou a proposta feita pela Usiminas de redução da jornada de trabalho acompanhada de redução de salários. A empresa diz que a medida seria uma forma de evitar demissões. Representantes da empresa apresentaram aos sindicalistas detalhes da proposta em reuniões em Ipatinga e em Cubatão (SP) na segunda e quarta-feira.

A Usiminas precisa, por lei, da aprovação dos funcionários formalizada pelo sindicato para por em prática a redução de um dia de trabalho na semana e o corte de salário. Os salários teriam uma redução de 14% a 16%, segundo a proposta da siderúrgica.

Em todo o país, seriam afetados cerca de 3 mil trabalhadores, majoritariamente na área administrativa. O sindicato diz que uma parte menor está no chão de fábrica. O que a empresa tem sinalizado é que, sem essa medida, terá de iniciar um processo de demissões. A direção do sindicato, no entanto, acha que a companhia está blefando e fala na possibilidade de greve.

"O sindicato não vai levar para a assembleia essa proposta de reduzir jornada e salário", diz Geraldo Magela Duarte, diretor do sindicato. "Estamos em contato frequente com os trabalhadores e eles estão revoltados. Dizem que não podem aceitar redução de salário. Os trabalhadores já vivem numa condição de arrocho."

Magela diz que o entendimento do sindicato é que a empresa vem acumulando lucro, repassando dividendos aos acionistas e que não há necessidade de enxugamento do quadro. Nas reuniões com representantes da direção da Usiminas, sindicalistas de Minas defenderam estabilidade de emprego enquanto vigorasse a semana curta → de segunda a quinta→feira → ou por um período depois. A empresa não colocou isso na mesa.

"Tanto a empresa se disse aberta quanto o sindicato não foge à discussão, mas a empresa não se mostrou disposta a apresentar outra proposta que não retire direitos", disse o sindicalista. "Vamos continuar as mobilizações e se a empresa insistir nisso, o sindicato convocará os trabalhadores a pararem a produção", completou.

Por meio de nota, a Usiminas disse, no início da noite de quarta, lamentar a posição do sindicato. "Apesar de todo o esforço da Usiminas, o sindicato recusou em mesa a proposta de redução da jornada de trabalho, ao contrário de outras unidades da empresa em que as discussões estão avançando.

A Usiminas lamenta a atitude do Sindipa em não levar a proposta para votação dos empregados administrativos em assembleia, uma vez que ela visa à própria preservação da equipe no atual cenário de crise econômica." E diz: "Para a empresa, essa é uma questão em que os empregados devem ser ouvidos o mais breve possível."

A Usiminas desligou ontem um de seus alto→fornos em Ipatinga. É um alto-forno pequeno e antigo, mas que aponta para o quadro de queda na demanda, que a empresa diz ser a causa dessas medidas.

No dia 31, um alto-forno da usina de Cubatão já havia sido desativado. "Em face deste cenário econômico adverso, a Usiminas permanece trabalhando em redução de custos, com foco maior no aumento da eficiência operacional de suas linhas de produção e com o objetivo de preservar, ao máximo, seus trabalhadores", informou.

Especialista mantém previsão pessimista para minério

09/06/2015- Fonte: Valor Econômico

O minério de ferro segue pressionado tanto no curto como no longo prazos e não há no horizonte perspectivas de uma recuperação mais relevante nos preços, afirmou Melinda Moore, analista→chefe do setor para o Standard Bank.

Para este ano, a redução no custo da produção na China e a possibilidade de cortes na capacidade ser menos provável são fatores de contenção. Para o futuro, a redução da relevância da commodity como matéria→prima do aço, com a sucata chinesa inundando o mercado, é o principal peso que impediria o insumo de se valorizar, diz.

Em entrevista ao Valor, a especialista lembrou que o momento atual de alta, que levou o minério a se sustentar acima dos US\$ 60 a tonelada, não tem vida longa. A expectativa é que o impulso dure de dois a três meses - período em que os investidores, afirma, deveriam aproveitar ao máximo para lucrar -, mas o cenário para 2015 ainda é ruim. A analista prevê patamar entre US\$ 60 e US\$ 70. "Não há nenhum sinal de que a demanda vá ser maior do que se esperava na China.

Acredita-se que o governo conceda estímulos à economia, mas até agora não há nenhuma notícia concreta", diz Melinda. "E essas medidas serão para manter o 'status quo', não para intensificar o crescimento." Se do lado da demanda o mercado espera sinais positivos, na ponta da oferta também havia expectativas de que mineradoras chinesas de alto custo fechassem as portas. "Isso não existe mais", diz a analista.

Segundo ela, todo o volume da commodity que empurrava a curva de custo global para cima saiu de cena. Benefícios estatais como alívio fiscal e os gastos com energia teriam extinguido o que se chama de produtoras de alto custo, na visão de Melinda. O excedente de oferta internacional se tornaria regra, portanto, e as perspectivas de equilíbrio com a demanda estariam mais reduzidas no curto prazo.

Pensando à frente, a analista mantém uma estimativa pessimista, por dois motivos: a produção siderúrgica na China vai chegar a seu topo histórico, antes de cair e se estabilizar em patamares menores, e o minério de ferro pode perder, mais rápido do que se imaginava, o protagonismo como matéria-prima do aço.

Com duas décadas de atividade intensa na siderurgia, a sucata tende a aparecer em breve como uma alternativa ao minério para a fabricação de aço novo. Vale, Rio Tinto e BHP Billiton já alertaram para esse processo e acreditam que só na década que vem os volumes serão relevantes, mas Melinda discorda. "Há potencial para que isso ocorra já em 2018.

E aí, o crescimento da participação da sucata na produção de aço será exponencial." O problema é que esse processo guarda a chave para uma crise mais forte entre as mineradoras. Grandes investimentos em infraestrutura, por exemplo, podem deixar complexos obsoletos e inutilizados, já que a redução de oferta será necessária. Melinda aguarda uma aceleração de vendas de ativos relacionados à commodity, bem como de fechamento de minas.

"É muito importante que o setor entenda que uma hora teremos esse problema", acrescenta.

Melinda diz que o mercado precisa escolher melhor onde investir. A seletividade é regra essencial, ainda mais se não há nas contas, por enquanto, chance de o minério voltar a subir.

Vale entrega quatro navios Valemax para chinesa Cosco

09/06/2015- Fonte: Valor Econômico

A China Ocean Shipping Company (Cosco), um dos maiores operadores de graneis sólidos do mundo, já está de posse de quatro navios mineraleiros de grande porte, os Valemax, comprados da Vale.

A venda das embarcações foi concluída na visita ao Brasil, em maio, do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, e as embarcações foram entregues à Cosco na semana passada. A transação totalizou US\$ 445 milhões (US\$ 111 milhões por unidade) e, a partir da entrega, a Vale colocou o dinheiro em caixa.

O mercado considera que a venda desses navios vai ajudar a companhia a fechar uma lacuna em seu fluxo de caixa livre que, segundo estimativas, pode variar entre US\$ 4 bilhões e US\$ 7 bilhões em 2015.

A projeção de um fluxo de caixa negativo feita pelos bancos resulta do fato de que houve uma queda no lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da

Vale, provocada pela queda nos preços do minério de ferro, e, ao mesmo tempo, a companhia continua comprometida com um ambicioso programa de investimentos e terá de pagar dividendos robustos aos acionistas neste ano (US\$ 2 bilhões).

"A venda dos navios não é suficiente para fechar o 'gap' [no fluxo de caixa livre], mas ajuda. Essa é uma conta que depende também, além da venda de outros ativos, do comportamento do preço do minério de ferro", disse o analista de um banco. A Vale trabalha para zerar o déficit no fluxo de caixa livre neste ano com a venda de vários ativos, entre os quais os navios.

Existe possibilidade, segundo fontes no mercado, de que a Vale venha a se desfazer de toda a sua frota própria de Valemax, o que pode render algo como US\$ 2,1 bilhões, já incluindo os US\$ 445 milhões obtidos com a venda das quatro unidades para a Cosco.

A Vale terminou 2014 com uma frota de 34 navios Valemax, dos quais 19 eram próprios e 15 afretados. Com a operação envolvendo a Cosco, a frota própria de Valemax caiu para 15 navios. E o número vai ser reduzido ainda mais. A Vale disse que o valor da transação com a Cosco pode ser usado como um indicador para o restante da frota, mas ressaltou:

"Muito embora existam algumas diferenças de navio para navio". A empresa acertou dois acordos com armadores chineses mês passado. Um com a Cosco, já concluído. E o outro com a China Merchants Energy Shipping (CMES), subsidiária da China Merchants Group, para a venda de quatro grandes navios, conhecidos no jargão da indústria marítima como "Very Large Ore Carriers" (VLOCs).

Quando a operação com a CMES for concluída, a frota própria da Vale será de onze navios. Em nota, a mineradora afirmou: "A Vale está efetivamente reduzindo a frota própria de Valemaxes, porém não estamos garantindo a utilização de determinado navio e sim firmando contratos de transporte com garantia de volume".

Na visita de Li Keqiang, Vale e Cosco acertaram contrato para transporte de 6,4 milhões de toneladas de minério de ferro por ano por um período de 25 anos. "O objetivo da Vale é sempre garantir o volume de transporte de forma confiável e a um frete competitivo. Esses acordos com Cosco e China Merchant estão alinhados com esses objetivos."

Além disso, foram assinados dois memorandos de entendimento com o Export-Import Bank of China (Eximbank da China). Um envolveu o Eximbank, a Vale e a Cosco e o outro o Eximbank, a Vale e a CMES. Pelos acordos, o Eximbank considera emprestar US\$ 1,2 bilhão a cada um dos dois armadores chineses para facilitar a prestação de serviços marítimos para a Vale.

Segundo a mineradora brasileira, a estratégia sempre foi garantir capacidade de transporte e não ter a propriedade da frota de navios Valemax. "Esse foi o racional da transação com a Cosco que poderá ser repetida com outros parceiros e com alinhamento estratégico", disse a Vale, em resposta a uma consulta do Valor.

Fontes próximas da empresa afirmaram que os dois acordos envolvendo a venda de navios foram importantes, pois representam oportunidade de redução de custo de capital para a Vale.

"Tanto faz ter a propriedade do navio e usar esse navio na rota Brasil→China ou que essa embarcação esteja nas mãos de uma instituição, seja armador ou banco, e que ela [a instituição] afrete o navio para a Vale mediante o pagamento de uma tarifa", disse a fonte.

De acordo com a fonte, como o custo financeiro na China é competitivo, tornou-se vantajoso para a Vale não ter a propriedade do navio e fazer afretamentos em contratos de longo prazo. Quando a mineradora compra um navio, precisa considerar o custo da aquisição e o custo operacional dessa embarcação.

A empresa calcula quanto custa ter esse navio em sua base de ativos levando em conta a taxa de juros média paga pela companhia. Ao fechar uma operação de afretamento, a mineradora faz a mesma conta e, se a instituição (banco ou armador) oferecer um custo de capital menor significa que é um bom negócio para a Vale contratar a operação do navio.

No acordo com a Cosco, está previsto ainda que o armador chinês construa outros dez navios para a Vale. Mas o cronograma de construção dessas embarcações, possivelmente em estaleiros chineses, ainda não foi estabelecido, segundo a mineradora. O acordo entre Vale e Cosco marca ainda uma mudança no panorama que existia há três anos entre as duas empresas.

Em 2012, a Cosco chegou a acusar a Vale de boicotar o uso de seus navios como uma espécie de represália pelo fato de que os Valemax, à época, não terem autorização para atracar nos portos chineses. "Achamos que o navio que carrega 400 mil toneladas de minério de ferro projetado e construído pela Vale não é seguro", disse na ocasião o presidente da Cosco às agências de notícias.

De acordo com a Vale, desde 2012, quando o primeiro Valemax entrou em operação, foram realizadas mais de 500 operações de carga e descarga com navios dessa classe em todo o mundo. "O navio tem se provado seguro e confiável, trazendo benefícios adicionais de redução de custos, ganhos de escala, aumento de eficiência dos portos e redução de emissão de CO2 ", disse a empresa.

A companhia reconheceu ainda que autoridades e armadores de todo o mundo foram ganhando mais segurança e interesse em operar com o navio. E concluiu: "Adicionalmente, houve uma convergência de direção estratégica entre Vale e Cosco, abrindo caminho para o acordo comercial [concluído em maio]".

Mercado vê inflação maior e contração mais acentuada do PIB em 2015

09/06/2015- Fonte: Valor Econômico

As expectativas dos analistas de mercado para a economia brasileira se deterioraram ainda mais nos últimos dias, como mostram as previsões para a inflação e para a atividade divulgadas hoje pelo Banco Central (BC) em seu boletim Focus. A mediana das estimativas para o resultado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu pela oitava semana consecutiva, desta vez de 8,39% para 8,46%.

Essa alta acompanha uma expectativa de um aumento maior nos preços administrados do que se esperava, de 13,94%, em vez de 13,90%. Em 12 meses, a previsão para a alta do IPCA saiu de 5,99% para 5,95%, um movimento compatível com a inflação mais baixa projetada para 2016, de 5,50%, previsão inalterada há três semanas.

A expectativa de inflação maior neste ano ocorre mesmo com a elevação da taxa básica de juros. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a Selic de 13,25% para 13,75% ao ano e, no Focus, a expectativa é que haja mais uma elevação de 0,25 ponto percentual, para 14%. A taxa diminuiria a 12% até o fim de 2016.

Quanto à atividade, o mercado estima que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha contração de 1,30% neste ano, ante expectativa anterior de retração de 1,27%. Esse recuo

acompanha uma piora significativa na previsão para a produção industrial, que saiu de queda de 2,80% para baixa de 3,20%.

A revisão ocorre depois de anunciada a produção da indústria brasileira de abril, de queda de 1,2% ante março e de 7,6% em relação ao mesmo período do ano passado, conforme dados do IBGE. Para 2016, as estimativas da atividade não mudaram: crescimento de 1% para o PIB brasileiro e de 1,50% para a indústria.

Sem desoneração, 54% das indústrias planejam demitir, diz pesquisa da Fiesp

09/06/2015- Fonte: Valor Econômico

Mais da metade das indústrias de transformação – 54% delas – irão demitir se o benefício da desoneração de folha de pagamentos for retirado ou se houver elevação da atual alíquota de 1% para 2% do faturamento, conforme proposta do governo federal. Com a efetivação dessas dispensas, a indústria nacional pode perder 290 mil postos de trabalho, o que corresponde a 3,7% do estoque de trabalhadores do setor.

Outras 57 mil vagas em setores do comércio e serviços também podem ser cortadas. Somente as demissões na indústria devem gerar redução de renda e consumo, além de elevar despesas com seguro-desemprego para o governo federal. O impacto negativo dessas perdas deve chegar a R\$ 2,5 bilhões ao ano na arrecadação tributária líquida da União.

Os dados são de pesquisa feita pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com 339 indústrias de todo porte no período entre 4 e 13 de maio. Dentro desse universo, 70% das empresas possuem mais de 75% de sua produção formada por bens contemplados pela desoneração – o benefício não é dado por segmento, mas por mercadorias classificadas segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

O levantamento será levado aos parlamentares para a votação, na quarta-feira, do projeto de lei que estabelece elevação de alíquotas da contribuição sobre faturamento calculada dentro do benefício da desoneração de folha, um elemento importante no ajuste fiscal planejado pelo governo.

José Ricardo Roriz Coelho, diretor de competitividade da Fiesp, destaca que o efeito líquido da redução da renúncia fiscal com a desoneração da folha será menor do que o esperado pelo governo. Com o agravante de acelerar o processo de demissões já em curso por conta da retração econômica.

Aplicado desde 2012, o benefício da desoneração de folha trocou a regra de recolhimento ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) de 20% sobre a folha de salários para um percentual entre 1% e 2% do faturamento para determinados segmentos.

Atualmente estão no benefício um total de 56 setores da indústria, serviços e comércio. Dentro do ajuste fiscal, o governo propôs aumento das atuais alíquotas de 1% e 2% para 2,5% e 4,5%, respectivamente. Se for mais atrativo, porém, as empresas podem voltar a pagar a contribuição previdenciária na forma tradicional, calculando 20% sobre a folha de salários.

A renúncia fiscal do governo federal com o benefício atinge atualmente R\$ 25,2 bilhões ao ano e 14,3 milhões de empregos. Com a elevação de alíquotas, o governo pretende reduzir a renúncia total a R\$ 12,3 bilhões. Na indústria de transformação, a renúncia de acordo com as regras atuais é de R\$ 9,6 bilhões ao ano, com alcance de 4,4 milhões de trabalhadores. Com a majoração de alíquotas, a renúncia cairia para R\$ 4 bilhões.

Ou seja, nas contas do Ministério da Fazenda, o governo passaria a arrecadar R\$ 5,6 bilhões anuais a mais de contribuição previdenciária nos segmentos beneficiados da indústria de transformação.

"Mas há um efeito das demissões que a perda do benefício deve trazer e seus impactos para a economia irão afetar a arrecadação federal", argumenta Roriz. Segundo a pesquisa, 54% das indústrias devem demitir caso haja elevação das alíquotas da desoneração. Das empresas pesquisadas, 33% declaram que os cortes irão atingir até 10% do quadro de pessoal e 15% preveem dispensa de 10% a 20%.

A partir dos resultados da pesquisa, diz Roriz, estimou-se que 290 mil vagas devem ser fechadas na indústria de transformação, o que representa 6,6% dos empregos de segmentos alcançados pelo benefício. O efeito dessas demissões na massa salarial deve resultar, segundo o levantamento, em redução de R\$ 364 milhões ao ano na arrecadação de Imposto de Renda e de contribuição previdenciária.

A redução de consumo resultante da perda de renda desses trabalhadores deve tirar R\$ 594 milhões anuais do recolhimento federal de tributos indiretos embutidos nos preços dos produtos. O governo ainda teria um desembolso adicional de R\$ 1,609 bilhão ao ano com pagamento de seguro desemprego.

No total, diz Roriz, a contribuição negativa para a arrecadação federal seria de R\$ 2,567 bilhões. "Isso significa que a elevação de alíquotas deve aumentar a carga tributária sobre a indústria em R\$ 5,6 bilhões, mas o governo terá arrecadação adicional somente em R\$ 3,1 bilhões."

Não estão na conta do aumento de carga tributária, argumenta o executivo, a redução do benefício do Reintegra, que devolve ao exportador determinado percentual sobre a receita de vendas ao exterior, e a elevação em um ponto percentual da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na importação dos mesmos produtos beneficiados pela desoneração.

"O ministro Levy falou que a desoneração de folha não criou e nem protegeu empregos e que foi uma brincadeira, mas o benefício fez muitas empresas segurarem seus trabalhadores, mesmo quando chegou a crise na indústria.

Porque custa muito caro demitir um funcionário qualificado", diz Roriz, referindo-se à declaração do ministro Joaquim Levy, no fim de fevereiro, ao anunciar, entre as medidas de ajuste, a elevação de alíquotas da contribuição previdenciária sobre faturamento.

A ideia do governo era inicialmente encaminhar o assunto via medida provisória, mas o texto foi devolvido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Sem alternativas, o governo manteve a proposta por meio de projeto de lei.

"Se as alíquotas aumentarem, a indústria não terá como segurar as demissões e isso vai acelerar os efeitos da crise atual, num ambiente de confiança já abalada, com elevação de tarifa de energia elétrica e da taxa de juros", diz Roriz.

Investimento em infraestrutura pode recuar para menor nível desde 2003

09/06/2015- Fonte: Valor Econômico

Diante de um ambiente macroeconômico adverso e com as maiores empreiteiras do país envolvidas nas investigações da Operação Lava-Jato, o investimento em infraestrutura deve recuar neste ano para 1,75% do Produto Interno Bruto (PIB), menor nível desde 2003, segundo estimativas da Pezco Microanalysis.

No ano passado, segundo estimativas de Frederico Turolla e Helcio Takeda, sócio e diretor de pesquisa da consultoria, respectivamente, as obras de infraestrutura somaram 1,98% do PIB, queda de 0,11 ponto percentual do produto na comparação com 2013.

As estimativas não incluem os investimentos no setor de óleo e gás e se baseiam em uma série de dados fornecidos pelas agências regulatórias, como Infraero. O recuo ocorreu apesar dos leilões para a iniciativa privada realizados no primeiro mandato do governo da presidente Dilma Rousseff.

Na área de transportes, as obras começaram a deslanchar no ano passado e os investimentos passaram de 0,55% do PIB em 2013 para 0,61% em 2014. Com os reflexos da Lava-Jato, elevação da TJLP e confiança em queda, porém, esses aportes devem voltar a cair neste ano, para 0,52% do PIB, diz Takeda.

O principal entrave, porém, está situado no setor de energia elétrica. Desde a edição da Medida Provisória 579 em 2012, que reduziu as tarifas de energia elétrica, os investimentos no setor caíram de 0,94% para 0,61% do PIB em 2015, segundo a Pezco.

Para Takeda, é difícil vislumbrar mudança deste cenário no curto prazo, mas com maior realismo tarifário e novos leilões para a iniciativa privada, é possível que os aportes no setor voltem a aumentar em 2016. Os cálculos da consultoria estimam que os investimentos em infraestrutura podem somar 1,90% do PIB no ano que vem.

Mesmo assim, será uma retomada insuficiente para recuperar o nível de 2014. Até o impulso para a formação de capital fixo, em queda há sete trimestres, pode não ser tão relevante.

"Vale lembrar que o investimento em infraestrutura representa uma fatia pequena dentro da FBCF. Seria como esperar que um forte crescimento na agropecuária seja suficiente para evitar uma variação negativa na taxa de crescimento do PIB", compara Takeda.

Venda de máquinas para construção terá queda de até 46,5% neste ano

09/06/2015- Fonte: Folha de S. Paulo

As vendas de alguns equipamentos para a construção serão reduzidas, neste ano, a quase metade do total comercializado em 2014, segundo a Sobratema (Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração).

A linha de guindastes e gruas será a mais afetada. Os associados ouvidos pela entidade estimam que 3.549 equipamentos serão demandados em 2015. O volume é 46,5% inferior ao registrado no ano anterior.

Na linha amarela, que engloba escavadeiras e tratores, entre outras máquinas, o recuo deverá ficar próximo dos 36%. A projeção é vender cerca de 18,7 mil unidades.

A pesquisa não incluiu empresas vendedoras de caminhões, mas a estimativa é que o segmento acompanhe o da linha amarela.

"Neste começo de ano, os negócios demoraram para acontecer porque não havia movimentação do governo em relação a investimentos ou novas concessões", diz o vice-presidente da associação, Mário Humberto Marques.

"Por isso, as empresas acabaram adiando seus investimentos. Agora, a expectativa é que, com as concessões, o mercado comece a se mover."

Mesmo que haja uma maior demanda por equipamentos nos próximos meses, as fabricantes e locadoras não sentirão um impacto imediato. Metade da frota das construtoras e das companhias de infraestrutura estão paradas hoje.

Pesquisador da FGV diz que "existe vida após o ajuste"

09/06/2015- Fonte: Agência Brasil

O ajuste fiscal é uma fase de transição e, para superá-lo, o Brasil vai precisar de uma agenda positiva em que a iniciativa privada terá um papel maior, disse hoje (8) o diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Langoni.

"Existe vida após o ajuste. O Brasil vai sobreviver, ultrapassar essa fase de transição. E o grande desafio é como retomar os investimentos, porque sem isso não há crescimento", afirmou Langoni, ao participar do seminário Brasil: Perfil de Competitividade, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Ele defendeu uma economia que estimule mais investimento privado. "A crise está empurrando o Brasil para um caminho de eficiência, baseado não no governo, mas no setor privado."

Ele defendeu a adoção de concessões para atrair o investimento privado, e comparou-as às privatizações. "A concessão é uma privatização envergonhada. Uma concessão de 25 anos, renovável por mais 25, é uma privatização".

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio, Carlos Mariani, destacou dificuldades da indústria e pediu a desoneração da produção, com redução da carga tributária e da burocracia.

Mariani defendeu também a regulamentação das terceirizações e disse que a medida vai resolver o problema da insegurança jurídica.

O projeto de lei que prevê a regulamentação das terceirizações, inclusive na atividade-fim das empresas, sofre forte oposição de sindicatos, que veem precarização das relações de trabalho com a medida.

Fernando Blumenschein, economista da FGV, apresentou um estudo sobre a competitividade. Segundo ele, a pesquisa mostra acentuadas disparidades na entre as microrregiões brasileiras e também entre setores da economia.

Apesar disso, quando são analisados todos os setores e dimensões da competitividade de cada microrregião, é possível identificar pontos fortes que podem nortear políticas públicas, disse Blumenschein.

Retomada do crescimento econômico só virá com estímulo ao setor produtivo, afirma Campagnolo

09/06/2015- Fonte: Agência FIEP



O presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, afirma que o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no primeiro trimestre deste ano, que registrou queda de 0,2% em relação aos últimos três meses de 2014, deve servir como um sinal de alerta para o país.

Para Campagnolo, o resultado mostra claramente que o governo precisa adotar medidas que estimulem o setor produtivo e possibilitem a retomada do crescimento econômico do país o mais rapidamente possível.

“A queda na atividade econômica, comprovada pelo desempenho do PIB no primeiro trimestre, já vinha sendo sentida na pele por praticamente todos os empresários, principalmente da indústria”, diz Campagnolo, ressaltando que, segundo os dados do IBGE, a indústria teve queda de 0,3% no período.

“O Brasil precisa urgentemente reencontrar o rumo do crescimento para garantir a manutenção de empregos e geração de renda, mas infelizmente não vemos grandes esforços do governo na adoção de políticas que incentivem o setor produtivo.

Pelo contrário, o que está em andamento é um ajuste fiscal baseado no aumento de arrecadação e corte de investimentos, penalizando ainda mais quem produz no país”, acrescenta.

O presidente do Sistema Fiep cita medidas como a redução dos efeitos da desoneração da folha de pagamentos, o aumento da tarifa de energia elétrica e a manutenção de taxas de juros elevadas – atualmente em 13,25% ao ano – como algumas dessas medidas que dificultam ainda mais a retomada do crescimento da economia brasileira.

E questiona o fato de, em momento algum, o governo colocar em pauta a necessária readequação do tamanho do Estado.

“Ao invés de fazer cortes para reduzir a máquina e aumentar a eficiência dos gastos públicos, o governo novamente faz com que a sociedade e o setor produtivo paguem a conta do ajuste fiscal.

Insistir nessa estratégia é como tirar sangue de um doente já debilitado, e isso certamente trará mais dificuldades para as empresas e trabalhadores, comprometendo a retomada da atividade econômica em curto prazo”, completa Campagnolo.

Montadoras retrocedem uma década em maio e pioram projeções para 2015

09/06/2015- Fonte: Reuters

As montadoras de veículos tiveram em maio o pior desempenho em cerca de uma década, levando à segunda redução das projeções para 2015 de um dos setores que

acusa mais fortemente a retração da economia do país e que pode demitir mais nos próximos meses.

A produção brasileira de veículos no mês passado, incluindo automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, foi de 210,1 mil unidades, queda de 3,4 por cento sobre abril e de 25,3 por cento sobre um ano antes, disse nesta segunda-feira a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Foi o pior maio desde 2005.

Já os 212,7 mil licenciamentos de maio significaram um recuo sequencial de 3 por cento e de 27,5 por cento ante maio de 2014, voltando para os patamares de maio de 2007.

"O desempenho em maio foi muito pior do que as estimativas", disse a jornalista o presidente da Anfavea, Luiz Moan.

Com a sequência de quedas, o acumulado dos primeiros cinco meses do ano apontou baixa de 19,1 por cento na produção e de 20,9 por cento, levando a entidade a rever novamente a projeção de 2015.

A estimativa de produção passou de declínio de 10 para 17,8 por cento, a 2,585 milhões de unidades, e de 20,6 por cento para vendas, ante projeção anterior de queda de 13,2 por cento.

Os números foram especialmente negativos para os veículos pesados, como caminhões, cujas vendas de maio voltaram aos níveis de 2003 e a produção, aos de 1999.

Um dos poucos números positivos foi o de exportações, que cresceram 41,7 por cento sobre abril e 16,5 por cento sobre maio do ano passado, a 40.762 unidades, num momento de fraqueza do real frente ao dólar.

Segundo Moan, além do quadro de fragilidade econômica do país, incluindo fatores como inflação alta e juros em elevação, o setor tem refletido maior seletividade dos bancos na concessão de financiamento para compra de veículos.

O setor teve nova contração no número empregados nas montadoras, desta vez de 1 por cento sobre abril e de 9,2 por cento ante maio de 2014, a 138,2 mil.

De acordo com Moan, as montadoras têm um excedente de cerca de 25 mil funcionários, número que inclui aqueles com contratos de trabalho temporariamente suspensos (layoff) e que estão em férias coletivas.

O setor, que teve forte crescimento nos primeiros anos da década, movimento apoiado em parte por medidas de estímulo ao consumo, incluindo redução de impostos, vem em retração desde 2013, quando teve sua primeira queda anual em uma década.

De 2004 a 2012, as vendas por ano no mercado doméstico subiram da faixa de 1,6 milhão para 3,8 milhões.

Se confirmada, a nova projeção da Anfavea, de 2,779 milhões de licenciamentos, fará de 2015 o ano mais fraco em vendas desde os 2,46 milhões de 2007.

"Mas esse é um quadro conjuntural, não muda os planos de investimentos das montadoras para o longo prazo", minimizou Moan, argumentando que a série de anúncios de aumento de capacidade de montadoras no país, assim como a chegada de novas marcas, têm como motivação expectativas para cerca de 20 anos.

Plano de investimentos em infraestrutura terá execução imediata, diz ministro

09/06/2015- Fonte: Reuters

O plano de investimentos em infraestrutura a que o governo vai lançar na terça-feira deverá "sair do papel" no curto prazo, afirmou nesta segunda-feira o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Edinho Silva.

De acordo com o ministro, será o "maior plano de investimento na área de logística da história do país", editado pelo governo federal na tentativa de retomar o crescimento da economia de forma sustentável.

"Os projetos saem do papel", disse Edinho após reunião de coordenação com a presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer, líderes do governo da Câmara e do Senado e outros ministros do núcleo político.

"Evidentemente que você tem todo um trâmite legal, tem as licitações... mas o plano é para ser executado a partir de agora," afirmou, ao ser questionado se as ações só seriam executadas no próximo ano.

Edinho explicou que os modelos de concessão previstos no plano devem respeitar "as especificidades de cada setor". Para o ministro, o conjunto de investimentos terá "muito impacto na economia brasileira", sem, no entanto, quantificar os efeitos do plano pode exercer no PIB.

AJUSTE

Segundo o ministro, a reunião de coordenação também tratou de medidas do ajuste fiscal que ainda aguardam votação no Congresso – caso de projeto que reverte parte das desonerações concedida a mais de 50 setores econômicos e ainda uma medida provisória que eleva a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras.

O projeto que revê desonerações pode ter a votação iniciada ainda nesta semana na Câmara dos Deputados, enquanto a MP ainda depende de instalação de uma comissão mista que irá analisar previamente a medida antes de enviá-la para os plenários das duas Casas do Legislativo.

O governo pretende insistir no diálogo para conseguir aprovar essas propostas e dar impulso a sua agenda positiva, já iniciada na semana passada com o lançamento do Plano Safra 2015/2016.

Devem reforçar essa agenda o plano de investimentos em infraestrutura, a ser lançado na manhã da terça-feira no Palácio do Planalto, e ainda um plano para estimular as exportações, sem data para anúncio.

Edinho afirmou que no início do segundo semestre devem ser lançados ainda planos de investimento com foco no setor de energia, no de banda larga, e ainda a terceira fase do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

Indústria brasileira de fundos tem captação líquida de R\$9,5 bi em maio

09/06/2015- Fonte: Reuters

BrO ingresso de recursos na indústria brasileira de fundos de investimento superou os resgates em 9,5 bilhões de reais em maio, informou nesta segunda-feira a Anbima, entidade que representa as instituições do mercado financeiro.

O movimento veio na esteira do ciclo de alta do juro básico da economia, a Selic. Na semana passada, a taxa subiu para 13,75 por cento ao ano, mesmo patamar de dezembro de 2008.

As captações líquidas até maio concentram-se nas categorias Curto Prazo, Referenciados DI e Previdência, que aplicam principalmente em renda fixa.

A entrada de recursos nos fundos de investimentos coincide com a saída de recursos da caderneta de poupança. Na semana passada, o Banco Central informou que a poupança teve saída líquida de 3,2 bilhões de reais em maio e de 32,3 bilhões de reais nos primeiros cinco meses do ano. A caderneta oferece rentabilidade de 6 por cento ao ano mais a Taxa Referencial (TR).

No ano até maio, a indústria de fundos acumula entrada líquida de 22,2 bilhões de reais. Apesar da maior atratividade dos fundos de renda fixa devido à alta da Selic, em maio os destaques de rentabilidade foram os fundos Multimercado Macro e Multiestratégia, com rendimento de 2,52 e 2,47 por cento, respectivamente, puxados principalmente pelo dólar mais alto, informou a Anbima.

Entenda a polêmica do fator previdenciário

09/06/2015- Fonte: Carta Capital



O governo brasileiro tenta evitar que o ano termine novamente com um rombo nas contas públicas. Para isso, lançou um pacote de ajuste fiscal. Entre as metas, o Executivo propôs alterações no acesso a benefícios previdenciários, mas não esperava que o Congresso fosse aproveitar essa medida provisória para flexibilizar as regras da aposentadoria.

A polêmica emenda, acrescentada pela Câmara e aprovada na semana passada no Senado, flexibiliza o chamado fator previdenciário, que foi criado para desestimular a aposentadoria precoce ao reduzir o valor do benefício para quem se aposenta antes dos 60 anos de idade.

O Legislativo propõe modificações a essa regra, instituindo a fórmula 85/95. Ela prevê que uma pessoa pode receber o valor integral do benefício quando a soma de sua idade com o tempo de contribuição for igual a 85 para mulheres e a 95 para homens – obedecendo, porém, o teto de 4.663,75 reais da Previdência Social.

Com a alteração, uma mulher com 55 anos de idade e 30 de contribuição, por exemplo, passaria a receber aposentaria integral. O mesmo valeria para um homem com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição. Atualmente, pelo cálculo do fator previdenciário, ambos teriam que trabalhar por mais tempo para ter acesso ao benefício sem descontos.

Para entrar em vigor, a nova fórmula ainda precisa ser aprovada pela presidente Dilma Rousseff. Mas a mudança não agradou ao governo. Com a flexibilização, a tendência é de aumento nos gastos com a previdência. O vice-presidente Michel Temer já afirmou que o Executivo irá apresentar uma proposta alternativa ao fator previdenciário.

A mudança no cálculo do fator previdenciário aprovada pelo Congresso não é controversa somente no governo. Analistas estão longe de ter uma opinião unânime sobre o assunto.

Para o economista Fabio Giambiagi, especialista em previdência social, a alteração é um retrocesso, tendo em vista que a população tende a ficar cada vez mais velha, e o número de aposentados deve aumentar entre 3,5% e 4% ao ano nas próximas duas décadas.

"Qualquer país responsável diante disso estaria discutindo regras para fazer com que as pessoas trabalhem mais. A realidade vai se encarregar de mostrar o equívoco da mudança", afirmou Giambiagi.

Já para o economista Eduardo Fagnani, da Unicamp, a alteração é positiva. "Ela corrige uma injustiça com as pessoas de mais baixa renda que têm sido penalizadas desde a criação do fator previdenciário", afirma o especialista.

Fagnani ressalta que, atualmente, pessoas que entram no mercado de trabalho aos 25 anos e completam 35 anos de contribuição aos 60 anos de idade têm um desconto bem menor no valor do benefício do que pessoas que começaram a trabalhar com 15 anos e somaram 35 anos de contribuição aos 55 anos de idade.

Criado em 1999, o fator previdenciário visava retardar pedidos de aposentadoria ao reduzir benefícios de quem se aposenta antes dos 60 anos para mulheres e dos 65 anos para homens.

Essa fórmula é aplicada para calcular o valor de aposentadoria por tempo de contribuição, cujo pedido exige 35 anos de contribuição para homens e 30 anos para mulheres, independente da idade.

A medida pretendia reduzir a pressão na Previdência Social, pois já na década de 1990 o pagamento de benefícios ultrapassava a arrecadação. O déficit continuou a crescer e, em 2013, chegou a 51,3 bilhões de reais, um aumento de 14,8% em relação ao ano de 2012.

Além da aposentadoria por tempo de contribuição, há no Brasil a aposentadoria por idade mínima de 65 anos para homens e 60 anos para mulheres, no caso de trabalhadores urbanos, e 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, no caso de trabalhadores rurais, além de um tempo mínimo de 15 anos de contribuição.

Com o envelhecimento da população brasileira e o aumento da expectativa de vida, que atualmente é de 74,9 anos – mas deve chegar a 80,7 anos até 2050 – a discussão sobre mudanças na aposentadoria vai além da alteração do fator previdenciário.

Giambiagi defende reformas para equilibrar a balança da previdência. Entre elas, estão a adoção de uma idade mínima para a concessão de aposentadorias e também a equalização por gênero, ou seja, igualar a diferença de idade para receber o benefício entre homens e mulheres.

Na Alemanha, por exemplo, a idade mínima para a concessão da aposentadoria é de 67 anos. Na Dinamarca e na Espanha, 65 anos; e na França, 62 anos.

Para o economista Samy Dana, da Fundação Getúlio Vargas, uma mudança na previdência precisa, em primeiro lugar, corrigir o valor do rendimento do FGTS – que atualmente é de 3% mais a taxa referencial, que não passa de 1% ao ano. "O rendimento do FGTS é negativo em termos reais, pois não paga nem a inflação. O ideal seria a manutenção do poder de compra e juros reais", disse.

Fagnani, porém, é contra uma reforma. Segundo o economista, as alterações feitas na década de 1990 já restringem suficientemente o acesso à previdência social, além de terem sido criados impostos para financiar a seguridade social.

Ele sugere como alternativa melhorar as condições de vida da população, para que no futuro, as pessoas não dependem apenas do Estado com relação à aposentadoria.

HSBC anuncia saída do Brasil e corte de até 50 mil empregos no mundo

09/06/2015- Fonte: Gazeta do Povo

O banco britânico HSBC anunciou nesta terça-feira (9) um novo plano estratégico que inclui, entre outras ações, o encerramento de suas atividades no Brasil e na Turquia e a demissão de cerca de 50 mil funcionários em todo o mundo.

As mudanças fazem parte de uma tentativa da empresa de reduzir os custos em US\$ 5 bilhões e conseguir um retorno sobre o patrimônio líquido de mais de 10% até 2017.

O HSBC fez o anúncio em um comunicado enviado à Bolsa de Valores de Hong Kong, pouco antes de oferecer uma atualização detalhada sobre o novo plano de investimentos. O banco afirma prever a demissão de cerca de 10% de seus funcionários – entre 22 mil e 25 mil pessoas.

À esta cifra serão somadas outras 25 mil demissões devido ao encerramento das operações de varejo na Turquia e no Brasil, país em que ficará só com o atendimento a grandes empresas.

Em paralelo, o banco tem a intenção de acelerar seus investimentos na Ásia, com um enfoque particular na China e no sudeste do continente, apontou o comunicado.

No Brasil, o banco britânico é hoje o sexto maior em ativos, tem 853 agências focadas na clientela de alta renda e emprega 21.479 funcionários. Tem ainda a financeira Losango, que financia compras na agência de turismo CVC e nas lojas Hering e Colombo.

A Losango está à venda há pelo menos quatro anos, mas o negócio nunca saiu porque o banco pede um valor considerado muito elevado.

Os rumores sobre a saída do HSBC aumentaram em março, após o banco ter reportado prejuízo líquido de R\$ 549 milhões em 2014; no ano anterior, tinha lucrado R\$ 411 milhões no país.

Desde que o espanhol Santander comprou em 2007 o antigo Banco Real, o HSBC ficou pequeno demais para competir no país. Focou o segmento de alta renda, tentou vender a Losango, mas a reestruturação ainda não deu resultado. Os principais interessados na operação brasileira são Bradesco e Itaú, que também disputavam a Losango.

Escândalo

A mudança no plano estratégico ocorre após uma série de escândalos em sua filial suíça (conhecida por Swissleaks) – o banco é suspeito de ter ajudado clientes, incluindo brasileiros, a sonegar impostos.

Até 2011, o HSBC apostava na expansão dos negócios nos mercados emergentes, especialmente na Ásia.

Fábricas "regridem" dez anos e rebaixam previsões

09/06/2015- Fonte: Gazeta do Povo



As montadoras de veículos tiveram em maio o pior desempenho em uma década, levando à segunda redução das projeções para 2015 de um dos setores que acusa mais fortemente a retração da economia do país e que pode demitir mais nos próximos meses.

[INFOGRÁFICO: Veja os resultados da indústria automobilística nos últimos anos](#)

"O desempenho em maio foi muito pior do que as estimativas", disse Luiz Moan, presidente da Anfavea, associação do setor.

A produção brasileira de automóveis, caminhões e ônibus foi de 210,1 mil unidades em maio, com queda de 3,4% sobre abril e de 25,3% sobre um ano antes, informou a Anfavea. Foi o pior maio desde 2005.

Os 212,7 mil licenciamentos significaram um recuo de 3% sobre abril e de 27,5% ante maio de 2014, voltando para os patamares de maio de 2007.

Nova projeção

Com a sequência de quedas, o acumulado dos primeiros cinco meses do ano apontou baixa de 19,1% na produção e de 20,9% nas vendas, levando a entidade a rever novamente a projeção de 2015.

A estimativa de produção passou de declínio de 10% para 17,8%. A das vendas foi de 13,2% para 20,6%.

Os números foram especialmente negativos para os veículos pesados, como caminhões, cujas vendas de maio voltaram aos níveis de 2003 e a produção, aos de 1999.

Exportações

Um dos poucos números positivos foi o de exportações, que cresceram 41,7% sobre abril e 16,5% sobre maio do ano passado, a 40.762 unidades, num momento de fraqueza do real frente ao dólar.

Segundo Moan, além do quadro de fragilidade econômica do país, incluindo fatores como inflação alta e juros em elevação, o setor tem refletido maior seletividade dos bancos na concessão de financiamento para compra de veículos.

Demissões

O setor teve nova contração no número empregados nas montadoras, desta vez de 1% sobre abril e de 9,2% ante maio de 2014, a 138,2 mil.

De acordo com Moan, as montadoras têm um excedente de cerca de 25 mil funcionários, número que inclui aqueles com contratos de trabalho suspensos (layoff) e que estão em férias coletivas.

Ascensão e queda

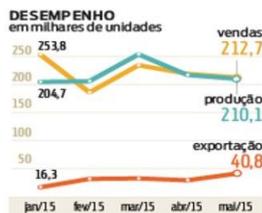
O setor, que teve forte crescimento nos primeiros anos da década, movimento apoiado em parte por medidas de estímulo ao consumo, incluindo redução de impostos, vem em retração desde 2013, quando teve sua primeira queda anual em uma década.

De 2004 a 2012, as vendas por ano no mercado doméstico subiram da faixa de 1,6 milhão para 3,8 milhões.

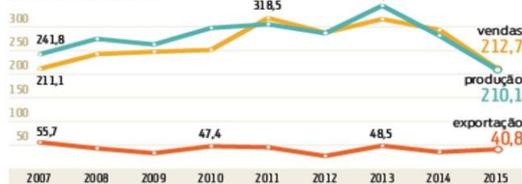
Se confirmada, a nova projeção da Anfavea, de 2,779 milhões de licenciamentos, fará de 2015 o ano mais fraco em vendas desde 2007.

FREADA FORTE

As vendas de veículos novos caíram 27,5% em maio em relação ao mesmo mês de 2014. É o pior resultado em oito anos e mais um indicador do momento ruim que vive o setor:

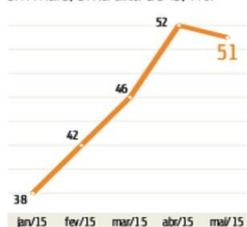


DESEMPENHO em maio dos últimos 8 anos em milhares de unidades



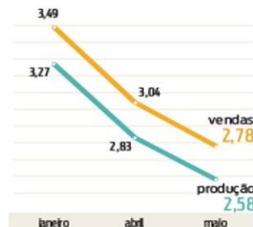
"ENCALHE" em dias de vendas

O estoque total de veículos novos nos pátios subiu de 318,5 mil unidades em janeiro para 361,1 mil em maio, uma alta de 13,4%:



PREVISÕES em milhões de unidades

Previsões da Anfavea mudaram desde o início do ano



Fonte: Anfavea. Infografia: Gazeta do Povo.

PSA Peugeot Citroën investirá € 70 milhões em localização na América Latina

09/06/2015- Fonte: CIMM

A PSA Peugeot Citroën investirá € 70 milhões para aumentar seu índice de localização de peças na América Latina, dos quais € 50 milhões para o Brasil e € 20 milhões para a Argentina durante o triênio 2015 a 2017.

O anúncio foi feito pelo diretor mundial de compras do grupo, Yannick Bézard, na terça-feira (2), durante a cerimônia de premiação de fornecedores Supply Award 2015 Latam, realizada em São Paulo.

"Em linha com o planejamento estratégico global Back to the Race, devemos insistir na competitividade dos nossos veículos e centros de produção, com excelência no controle dos custos e aumentando a integração.

No Brasil e na Argentina, a única maneira de redução de custos é primar pelo aumento o índice de localização e devemos fazê-lo trabalhando juntos”, disse Bézard aos presidentes e diretores dos principais fornecedores do grupo na região.

Ele destacou que a PSA Peugeot Citroën conseguiu obter resultados satisfatórios em dois dos três principais objetivos traçados para o ano de 2014: redução de custo fixo e o que ele chamou de “desendividamento”. Entretanto, reiterou que a empresa precisa continuar avançando no quesito rentabilidade, apesar de ter fechado o ano no azul.

Bézard disse ainda que a estratégia global também inclui uma reformulação da gama de veículos cada vez mais adequada aos mercados. Atualmente, o grupo tem em seu portfólio sete plataformas globais e 25 modelos: o programa prevê que até 2020, devem ser apenas duas plataformas, uma do segmento B, para carros compactos, e uma do segmento C, para veículos médios.

Brasil e Argentina devem ter, prioritariamente, uma plataforma, mas possivelmente avançarão para a segunda plataforma no futuro, esta deverá ser introduzida na fábrica argentina de El Palomar, que já produz modelos em plataforma média.

Para o diretor de compras da PSA Peugeot Citroën para a América Latina, German Mairano, o avanço do grupo no mundo permitiu à empresa socorrer as operações da América Latina. Ainda no ano passado, a montadora decidiu dar fôlego às operações da região, injetando capital de R\$ 2,6 bilhões, em parte para reduzir dívidas.

Segundo o executivo, esta é a prova da importância das operações da região para o grupo, o que reforça a presença das marcas nos mercados locais. Ele também reafirma a necessidade de aumentar a localização de componentes para manter a saúde da companhia:

“Apesar do grupo ter apresentado um desempenho importante em 2014, na América Latina ainda temos problemas: a queda do mercado, que se acentuou, e a volatilidade cambial. Sem uma boa localização de peças, temos que importar e isso é extremamente desgastante considerando o preço flutuante do dólar exatamente em um momento que precisamos conter os custos. Em anos anteriores, tínhamos o problema financeiro, agora temos condições e investimento para fazer”, apontou.

O plano é aumentar o índice de localização dos atuais 65% para 85% até 2019, sendo que 68% devem ser alcançados ainda este ano. Ele admite que o mais difícil de integrar na região continuará sendo componentes elétricos e transmissões, sobretudo as versões automáticas.

O executivo revela que o Grupo PSA pretende intensificar o trabalho conjunto que iniciou com os fornecedores locais, focando em redução de custo. Ele conta que o projeto, criado no Japão e denominado “monozukuri” trata de verificar onde e em quais aspectos montadora e fornecedores conseguem melhorar o fluxo ao mesmo tempo em que reduzem o custo da operação.

“É um encontro que fazemos com cada empresa, analisando cada papel, incluindo os tiers 2. Estimamos que neste primeiro ano, com 15 fornecedores brasileiros, consigamos uma redução em torno de € 3 milhões.”

Paralisação de estaleiro provoca mais de 6,5 mil demissões na Bahia

09/06/2015- Fonte: CIMM

A rotina dos moradores do pequeno distrito de São Roque do Paraguaçu, em Maragogipe, no Recôncavo Baiano, sofreu um duro golpe nos últimos meses. Em menos de dois anos,

a população local saiu da abundância de emprego ao súbito desemprego, com a paralisação das obras e operação do estaleiro Enseada Indústria Naval - o único grande empreendimento da região.

O projeto foi afetado pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, e está parado. Hoje, menos de 200 pessoas trabalham no local apenas para manter os equipamentos em ordem.

No auge da obra, em março do ano passado, 7.360 funcionários estavam empregados no estaleiro, sendo que 87% da mão de obra morava na região. Só no distrito de São Roque eram mais de mil empregos numa população total de 6 mil pessoas.

Quando as demissões em massa começaram, em novembro do ano passado, os moradores locais sentiram em cheio a reversão do cenário.

Muitos tinham se endividado para comprar carros, construir ou reformar a casa e agora estão com o nome sujo na praça. Outros investiram todas as economias em negócios próprios que nem puderam ser inaugurados.

A paralisação do estaleiro chegou antes de os pequenos empresários abrirem as portas dos novos estabelecimentos.

Sem perspectiva, a população local busca respostas: a principal delas é se o empreendimento voltará à ativa e se os empregos serão retomados. O questionamento, no entanto, está longe de uma solução.

Para voltar ao normal, o estaleiro, que tem três sócios envolvidos na Lava Jato (Odebrecht, OAS e UTC), depende de dois fatores: da liberação do financiamento restante de R\$ 600 milhões do Banco do Brasil e Caixa e da retomada dos pagamentos da Sete Brasil (empresa criada para intermediar a construção de sondas da Petrobrás para exploração do pré-sal), que somam cerca de R\$ 900 milhões.

No total, o Enseada construiria seis navios-sonda até 2020, num contrato de US\$ 4,8 bilhões com a Sete Brasil, que vive intensa crise financeira desde que a Lava Jato foi deflagrada.

"Estamos buscando uma solução alternativa de equacionamento financeiro com a Kawasaki (sócia do estaleiro) no mercado japonês, mas ainda é muito cedo para saber o resultado. No momento, o melhor seria a Sete Brasil ratificar o contrato", diz o diretor de Relações Institucionais e de Sustentabilidade do Enseada, Humberto Rangel.

Efeito cascata

Segundo ele, de novembro para cá, mais de 6,6 mil pessoas foram demitidas do empreendimento. Isso significou R\$ 120 milhões de salários que deixaram de irrigar a economia local no período.

Com as famílias desempregadas e menos funcionários de fora da região, o comércio sucumbiu ao baixo movimento. Muitos já fecharam as portas e outros não sabem até quando aguentam arcar com as despesas.

Sem demanda, eles também desempregam e provocam um efeito cascata. "Tínhamos 25 vans e 25 pais de família trabalhando com a gente. Hoje tenho cinco carros e cinco funcionários", diz o sócio da Jurere Tur, Luiz Pereira.

Ele conta que, da mesma forma que a chegada do estaleiro turbinou os negócios, a paralisação das obras devastou as finanças da empresa, que dependia quase que 100% da operação do empreendimento.

Com a queda nos serviços, a transportadora teve de vender os veículos para pagar a rescisão dos funcionários e quitar sua dívida no banco. "Não temos economia para suportar essa crise. Tudo que ganhamos reinvestimos no aumento da frota. Agora que íamos começar a lucrar, a obra parou", diz Pereira, que nasceu em São Roque do Paraguaçu e sempre trabalhou com transportes.

O vaivém das pessoas no Rio Paraguaçu, entre o estaleiro e a comunidade, também atiçou o espírito empreendedor de Antônio Severino Santos, de 66 anos. Há um ano ele, juntou o dinheiro de uma vida toda e comprou um barco por R\$ 11,1 mil. Em apenas um dia, chegava a ganhar R\$ 200 com as travessias de trabalhadores e visitantes. Agora consegue, no máximo, R\$ 20 por dia.

A história de João dos Santos Dias envolve perdas maiores. Ex-comerciante do ramo de supermercado e vestuário, decidiu apostar na área de hotelaria para capturar os ganhos que o estaleiro traria para a região. Começou com uma pousada: conforme o estaleiro crescia, ele ampliava o número de apartamentos. Chegou a ter 325 quartos, todos ocupados.

A grande empreitada, porém, foi construir um clube de 19 mil metros quadrados, com 55 apartamentos, churrasqueira, duas piscinas, campo de futebol, estacionamento e área de eventos.

Tinha um pré-acordo com uma grande empresa para alugar os quartos para os funcionários, mas não deu tempo de inaugurar. O empreendimento está parado e a pousada, fechada. Para diminuir o prejuízo, às vezes ele abre o clube aos domingos para a população local e cobra R\$ 10 por pessoa. "Ganhei muito dinheiro, mas gastei tudo em novos empreendimentos", diz Santos Dias, empresário conhecido na região.

A mesma aposta fez o dono da Pousada Ponto Dez, que hoje tem 30 quartos disponíveis e, no máximo, quatro ocupados. A expansão do estabelecimento estava no meio do caminho quando a crise estourou.

A construção do prédio, de quatro andares e 70 quartos, foi interrompida e os equipamentos, guardados. Num quarto da pousada, que resiste ao escasso movimento de visitantes, foram armazenados todos os aparelhos de ar-condicionado. Até um elevador foi comprado e não tem onde ser colocado, conta um funcionário.

No empreendimento de Giodásio José Santos, os equipamentos chegaram e foram instalados. Mas ele também não teve tempo de inaugurar o restaurante, sonho antigo da mulher Ivonete Antonia de Souza Santos.

Durante três anos, os dois vendiam refeições para funcionários e visitantes do estaleiro. No início, a comida era servida na varanda da residência do casal. Em pouco tempo, o espaço ficou pequeno e foi necessário investir em um novo local para servir as refeições.

O restaurante foi construído no fundo da praça da comunidade Enseada do Paraguaçu, pertencente a São Roque. Ali, durante meses, eles não davam conta de tanta demanda. "Servíamos 70 almoços por dia. Na sexta-feira, até faltava comida para todo mundo", lembra Santos.

Diante do sucesso do negócio e da promessa de que o estaleiro teria vida longa, o casal juntou todas as economias e ampliou o estabelecimento. Quando a obra chegou ao fim, no entanto, veio a notícia da paralisação do estaleiro.

"Hoje, vendo uma ou duas refeições por dia. Tudo que ganhamos reinvestimos pensando que o projeto duraria uns 15, 20 anos. Agora, acumulo contas atrasadas. Foi muito bom enquanto durou."

Se para os empresários de São Roque do Paraguaçu a situação está complicada, para os ex-funcionários do estaleiro a crise representa a interrupção de um sonho e o início de um grande problema.

"Acordei de um sonho e estou vivendo um pesadelo", afirma a técnica de segurança do trabalho Viviane Rocha de Jesus, de 30 anos, que trabalhou um ano e meio no empreendimento. Durante esse tempo, endividou-se para reformar a casa da mãe, comprou material de construção, contratou pedreiro e iniciou as obras. Mas não teve tempo e nem dinheiro para concluí-las.

Com as obras inacabadas e infiltrações que se alastram pela casa por causa da interrupção, ela ainda tem de conviver com outro drama: está inadimplente na praça. "Fiz dívida no banco para financiar a reforma da casa de minha mãe acreditando que esse empreendimento seria para décadas.

Foi isso que prometeram para todos nós. Hoje, estamos sem perspectiva." Na casa de Viviane, todos trabalhavam no estaleiro e estão desempregados. Quem mantém a casa é a mãe, Maria de Lourdes Rocha, que faz faxina e lava roupa para fora.

Nas últimas semanas, Viviane tem gasto tempo e dinheiro - que não tem - em busca de emprego na região, especialmente nas construções do metrô da capital. Mesmo caminho seguiu Leia Conceição Batista, outra ex-funcionária do estaleiro.

Separada e mãe de duas filhas, ela tem vivido os últimos meses da aposentadoria da mãe e da venda de balas, pirulitos e geladinhos. De vez em quando, consegue uma faxina e fatura cerca de R\$ 40 por dia. Há alguns meses, a situação era bem diferente.

"Trabalhei durante um ano e cinco meses no estaleiro. Dei muitas alegrias para as minhas filhas, comprei vários presentes." Hoje, diz ela, é o salário mínimo da mãe que salva o dia a dia da família. "Não tenho nada. Tudo que ganhei já foi embora." No momento, seu principal objetivo é ir embora de São Roque. Para isso, tem distribuído currículos por todos os cantos de Salvador e região.

Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada da Bahia (Sintepav/PA), Irailson Warneaux, menos de 10% das pessoas que foram demitidas do estaleiro estão trabalhando, ainda assim em obras rápidas.

Em São Roque, uma das alternativas para quem continua desempregado tem sido voltar para a pesca, prática que vinha sendo abandonada com as novas oportunidades. Foi o que ocorreu com Antônio Pedro dos Santos, 30 anos, e Henrique da Conceição Cruz, de 55 anos.

No lugar do uniforme e dos equipamentos de proteção, agora eles usam uma canoa e redes para pescar. Todos os dias, saem de casa às 5 horas da manhã e só voltam depois das 15 horas, com alguns quilos de peixes. O problema é que, com a renda mais curta da população desempregada e com a crise econômica do País, eles também têm tido dificuldade para vender o pescado.

Nessa troca, do estaleiro para o rio, a renda de Santos encolheu 90%. As contas só não estão atrasadas porque tem usado o dinheiro da indenização por tempo de trabalho e também por causa dos cortes no orçamento familiar. Um deles foi tirar o filho da escola paga e colocá-lo de volta na escola pública.

Na casa de Cruz, a saída tem sido cortar as regalias conquistadas com a segurança da carteira assinada. "Estamos cortando carne, iogurte e chocolates para diminuir as despesas. As crianças reclamam, mas não temos o que fazer. Pedimos a Deus que a obra retorne."

O cenário é de desolação, diz Arilson Brito, de 46 anos, ex-eletricista do estaleiro, que trabalha no setor naval desde 1998. "A indústria parou e o comércio diminuiu. Não tem emprego para ninguém."

O dinheiro que tem conseguido para pagar as despesas da família vem de um táxi que comprou durante os anos de carteira assinada. Mesmo assim, a vida não está fácil. "O movimento caiu entre 80% e 90%. Adiamos um sonho de melhoria de vida." (As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.)

Economias menos complexas são mais desiguais, diz estudo

09/06/2015- Fonte: Exame



O alto nível de desigualdade de um país pode estar relacionado com a sua própria estrutura produtiva.

É o que mostra um estudo publicado no final de maio por um time de economistas que inclui Dominik Hartmann e Cesar Hidalgo, do MIT (Massachusetts Institute of Technology).

Eles não usaram dados tradicionais e sim o Atlas de Complexidade Econômica do Centro de Desenvolvimento de Harvard, que mede a sofisticação produtiva de um país com base na cesta de produtos que ele exporta.

A partir daí, fizeram um cruzamento com dados de desigualdade dos últimos 50 anos controlando por outras variáveis como população, instituições e capital humano.

A conclusão foi que "a complexidade econômica é a variável mais significativa na análise de regressão, e é também a variável que explica a maior parte da variação em desigualdade de renda depois que as outras variáveis são removidas."

E mais: a relação continua forte ao longo do tempo, e um aumento da complexidade também costuma vir acompanhado de uma queda da desigualdade.

Isso não significa, é claro, que uma coisa determina a outra, e sim que "a estrutura produtiva de um país é uma expressão final de uma série de fatores, das instituições à educação, que evoluem junto com o mix de produtos que um país exporta".

O caso brasileiro

O Brasil caiu do 38º para o 51º lugar mundial em complexidade econômica entre 2003 e 2013. A pauta de exportações brasileira é dominada por produtos básicos: minério de ferro (13,5%), soja (9,3%), petróleo (5,3%) e açúcar (5%).

No entanto, a desigualdade caiu no período: de 0,553 para 0,495 pelo índice Gini (que vai de 0 a 1: quanto mais alto, mais desigual).

O Brasil pode ter sido ponto fora da curva porque uma boa parte do seu crescimento teve como força a própria alta do preço dessas commodities no mercado internacional.

Resta saber como fazer com que isso continue ocorrendo agora que este fenômeno acabou.

Dilma anuncia segundo grande pacote de concessões com ajustes pró-mercado

09/06/2015- Fonte: Reuters

A presidente Dilma Rousseff lança nesta terça-feira seu segundo pacote de concessões na área de infraestrutura, quase três anos após ter lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL), promovendo ajustes mais favoráveis ao mercado para tentar destravar projetos, em meio a um cenário econômico adverso.

O governo federal tem sinalizado que as ferrovias terão modelos de concessão adequados a cada caso e que a participação da Infraero nas novas concessões cairá, dando a esse novo pacote um caráter mais pró-mercado do que o plano anterior, avaliaram especialistas.

O PIL, lançado em 2012, conseguiu alguns resultados, principalmente com concessões de rodovias e aeroportos, mas deixou muito a desejar em outros modais, como ferrovias e portos.

Dos 11 mil quilômetros de ferrovias incluídas no pacote de 2012, nenhum trecho foi concedido à iniciativa privada nos moldes apresentados naquele ano, devido principalmente à resistência do mercado ao sistema proposto, que previa que toda a carga das ferrovias seria comprada e revendida pela estatal Valec.

O mercado considerou o modelo, que dependia essencialmente dos pagamentos da estatal, muito arriscado.

Para evitar a repetição do problema, o governo indicou que desta vez as ferrovias não vão obedecer uma modelagem única, e que será considerada a necessidade de investimento de cada trecho.

"Aquele modelo via Valec era muito complicado. E, agora, entra a ideia de customizar e ver caso a caso. Isso é resultado de um aprendizado do governo", disse o ex-diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Luiz Afonso Senna.

Trechos já construídos ou com obras adiantadas da ferrovia Norte-Sul podem ser entregues à iniciativa privada pelo modelo tradicional, que prevê cobrança de outorga, segundo indicou o secretário do Ministério do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Mas outros modelos, como Parcerias Público-Privadas (PPPs), não estão descartados.

Além de trechos da Norte-Sul, o pacote deve incluir a ferrovia Transoceânica, projeto que cruzaria o território brasileiro até a divisa com o Peru, de onde partiria um novo ramal até o Oceano Pacífico.

Um dos trechos de ferrovias anunciados em 2012, o que liga Açailândia (MA) à Barcarena (PA), deve constar também do pacote, segundo uma fonte do governo federal a par do assunto.

Essa mesma fonte disse que o pacote deve incluir investimentos a serem feitos em ferrovias existentes por empresas que já possuem concessões nessa área.

MENOS RECURSOS, MAIS RETORNO

O governo também deverá atender a demanda do mercado e reduzir a participação da estatal Infraero nas novas concessões de aeroportos. A fatia da estatal deve cair para 15 por cento, ante os 49 por cento nos terminais já concedidos, como Guarulhos (SP), Galeão (RJ) e Brasília (DF), segundo disse à Reuters na semana passada uma fonte.

O governo deve anunciar nesta terça a concessão dos aeroportos de Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Salvador (BA) e Fortaleza (CE).

Para Senna, se confirmada, essa decisão irá atender tanto aos interesses do mercado, que queria redução da participação da estatal, como do próprio governo, que em meio a um ajuste fiscal não precisará direcionar muitos recursos para os aeroportos leiloados.

"Mais pragmático, esse pacote traz essas duas dimensões. Tem coisas que deram certo, aperfeiçoamentos e coisas novas", disse Senna.

Nas rodovias, o governo deve anunciar a concessão de 10 a 12 trechos e ainda investimentos em concessões já existentes que, segundo uma fonte do governo, podem somar 15 bilhões de reais.

Alguns técnicos do governo avaliam que as novas concessões de rodovias podem ter uma taxa de retorno superior a 7,2 por cento, praticada nas concessões anteriores, ou sequer ter uma taxa de retorno prefixada, considerando as maiores dificuldades no cenário econômico e a perspectiva de que o BNDES reduzirá o limite de financiamento.

"Havia excesso de intervencionismo no passado, acho que a partir da nova equipe econômica o governo está dando mostras de que quer mobilizar o capital privado usando incentivos mais razoáveis", disse o professor da FGV-SP Gesner Oliveira, da GO Associados, que fez parte da equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O pacote desta terça deve incluir ainda investimentos lançados originalmente em 2012, como é o caso dos arrendamentos de áreas em portos. Nesse caso, porém, as licitações ainda não ocorreram porque o processo envolvendo as primeiras 29 áreas, nos portos em Santos e no Pará, foi barrado por mais de um ano pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Com o aval do tribunal, os primeiros lotes de arrendamentos devem ser anunciados nesta terça.

Aeolus lança pneu para mineração na feira M&T Expo e amplia atuação no Brasil

09/06/2015- Fonte: Fator Brasil

A Aeolus Pneus do Brasil, subsidiária da fabricante chinesa, participa da "Feira Internacional de Equipamentos para Mineração e Construção" (M&T Expo), mostrando para o público brasileiro 10 modelos de pneus.

Considerado o maior evento de negócios do setor na América Latina e uma das principais exposições do segmento no mundo, a M&T Expo acontece no Centro de Exposições São Paulo Expo, em São Paulo (SP), entre os dias 9 e 13 de junho.

Uma das atrações da Aeolus é o lançamento do modelo radial AE45, o maior pneu do estande, com cerca de 2,2 metros de altura, cujas vendas começam ainda no mês de junho.

É um pneu voltado exclusivamente para o segmento de mineração, projetado para equipar caminhões rígidos e de uso similar, como, por exemplo, a linha Caterpillar 775. Disponível na medida 24.00R35, o novo pneu tem capacidade para transportar até 30.750 kg de carga.

"Com este modelo e outro maior que também começa a ser vendido em junho, a Aeolus entra definitivamente no mercado de pneus médios e gigantes no Brasil", afirma Paulo Gama, gerente -geral da Aeolus Pneus do Brasil.

A marca chinesa ainda expõe no seu estande mais seis modelos de pneus radiais que já estão disponíveis no mercado brasileiro: AL36, AL53 e AS50 (todos desenvolvidos para equipar máquinas como pás carregadeiras e outros veículos off-road utilizados em mineração e construção pesada), AR25 (para guias e guinchos, especialmente nas áreas portuária e industrial) e AE41.

O pneu AE41 pode equipar caminhões no serviço misto severo e fora de estrada, que trabalham em grandes construções e mineradoras, transportando minérios, terra e pedras. A empresa também mostra na feira mais dois modelos de pneus diagonais: G2 (específico para máquinas fora de estrada que movimentam materiais) e G13 (para pás carregadeiras).

Outra atração da Aeolus na M&T Expo é o novo pneu Steering Ace 2 AU04, top de linha da marca, é um pneu de alto desempenho, criado especialmente para carros esportivos ou para motoristas que buscam alcançar altas velocidades com maior segurança.

O produto será lançado em julho no mercado brasileiro, nos aros 13 a 18, podendo equipar inúmeros automóveis nacionais ou importados disponíveis no mercado nacional, como VW Jetta, VW Golf, Chevrolet Onix, Chevrolet Cruze, Ford Ecosport, Renault Duster e Fiat Punto, entre dezenas de outros veículos.

A Aeolus Pneus do Brasil planeja continuar aumentando sua participação no Brasil. Atuando nos segmentos de carros de passeio, utilitários esportivos, comerciais leves, caminhões, ônibus e tratores, além de máquinas e veículos utilizados nas áreas de mineração e construção, a Aeolus vem ampliando sua atuação no País a cada ano.

Neste ano, apesar das dificuldades econômicas, a marca aposta em uma nova alta nas vendas. "Nossa meta é crescer algo em torno de 60% em 2015 no mercado nacional", estima o executivo.

Aeolus no Brasil —A marca Aeolus é comercializada no Brasil desde o ano 2000 pela Cantu Pneus, distribuidora oficial da empresa no mercado nacional. No final do ano passado, foi criada a subsidiária brasileira da Aeolus, instalada em Guarulhos (SP), com o objetivo de incrementar ainda mais os negócios da empresa no País.

A marca comercializa no Brasil mais de 900 modelos de pneus, considerando as diferentes medidas disponíveis, em cerca de 2.000 lojas.

ChemChina —A Aeolus tem como principal acionista a China National Chemical Corp (ChemChina), que anunciou a compra da Pirelli, em março deste ano. Fundada em 2004, a ChemChina pertence ao governo chinês e é uma das maiores empresas de produtos químicos da Ásia.

É também uma das 500 melhores empresas do mundo, de acordo com a revista norte-americana Fortune. Suas áreas de atuação abrangem desde a produção de agroquímicos até o processamento petroquímico. A Aeolus, presente no mercado desde 1965, é a sua marca premium de pneus.

Propostas da indústria para elevar a competitividade do país são destaque do Relatório de Sustentabilidade da CNI

09/06/2015- Fonte: Portal da Indústria

O lançamento dos 42 estudos com propostas para elevar a competitividade do Brasil, entregues aos candidatos à Presidência da República no ano passado, é o principal destaque no Relatório de Sustentabilidade 2014 da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Lançado nesta segunda-feira (8), ele traz vídeos com depoimentos de executivos de grandes empresas, como Cledorvino Belini, presidente da Fiat Chrysler para a América Latina, e Décio da Silva, presidente do Conselho de Administração da WEG, sobre a importância dessa iniciativa e as expectativas em relação à adoção dessas propostas pelo governo.

Na época de lançamento das propostas, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destacou a importância da parceria entre os setores público e privado para tornar o país mais competitivo.

"Uma agenda ambiciosa, mas factível, para estimular a economia nacional pressupõe o aprimoramento da parceria entre o setor público e a iniciativa privada. É essencial a criação de uma instância para discussão e adoção de medidas capazes de estimular o crescimento num ritmo mais vigoroso", afirmou Andrade.

O Relatório de Sustentabilidade 2014, nas versões impressa e web, traz ainda a gestão e os resultados do ano passado das demais entidades nacionais do Sistema Indústria: o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). O site está mais moderno e dinâmico, com gráficos animados e vídeos que mostram depoimentos de empresários e de colaboradores.

De acordo com o diretor de Comunicação da CNI, Carlos Barreiros, o documento é um importante instrumento de diálogo com os públicos do Sistema Indústria. "Contribuí para o aperfeiçoamento das práticas e resultados do Sistema para que efetivamente possamos apoiar a construção de um ambiente mais favorável aos negócios e tornar o país mais competitivo internacionalmente", destaca Barreiros.



TECNOLOGIA

O SENAI Inaugurou

4 Institutos de Inovação 6 Institutos de Tecnologia

Eles conectam



RESULTADOS – Em relação aos resultados do SENAI, é destaque a inauguração de quatro Institutos de Inovação – para desenvolver projetos de inovação e pesquisa aplicada – e seis de Institutos de Tecnologia – para oferta de serviços técnicos e tecnológicos para a indústria. Ao todo, R\$ 1,9 bilhão está sendo investido nas unidades.

Além disso, a instituição realizou 3,6 milhões de matrículas em educação profissional e inaugurou 22 novas unidades móveis para ofertar 89 cursos em 13 áreas tecnológicas.

A entidade destinou, ainda, 68,3% da receita líquida de contribuição compulsória para oferta de vagas gratuitas na educação profissional. De acordo com o regimento do SENAI, a meta de gratuidade para 2014 era de 66,6%.

O SESI beneficiou mais de 4,5 milhões de trabalhadores da indústria em serviços de segurança e saúde no trabalho e 3,3 milhões de trabalhadores de 2.341 empresas em programas para promover uma vida mais saudável, em campanhas de melhoria dos hábitos alimentares, entre outros.

A instituição teve ainda 2,1 milhões de matrículas em sua rede de escolas que ofertam a educação básica. Na Educação de Jovens e Adultos, foram beneficiados mais de 217 mil alunos.

Ao todo, foram destinados 53,8% da receita líquida compulsória da entidade para ações de educação básica e continuada e 23,2% para a gratuidade. O regulamento estabelece a meta de 33,3% desses recursos para a educação básica e a continuada e 16,67% para a gratuidade.

O IEL capacitou 40,9 mil empresários e dirigentes empresariais em cursos de educação executiva, palestras e workshops. Ao todo, a entidade atendeu mais de 23 mil empresas em programas de estágio e realizou parceria com 10,4 mil instituições de ensino em todo o país.

GOVERNANÇA – O relatório destaca ainda que a CNI pretende estar entre as melhores empresas para se trabalhar. Para isso, desenvolve, desde 2012, o Programa Evolua, que busca conjugar o desenvolvimento dos funcionários com a constante melhoria dos resultados.

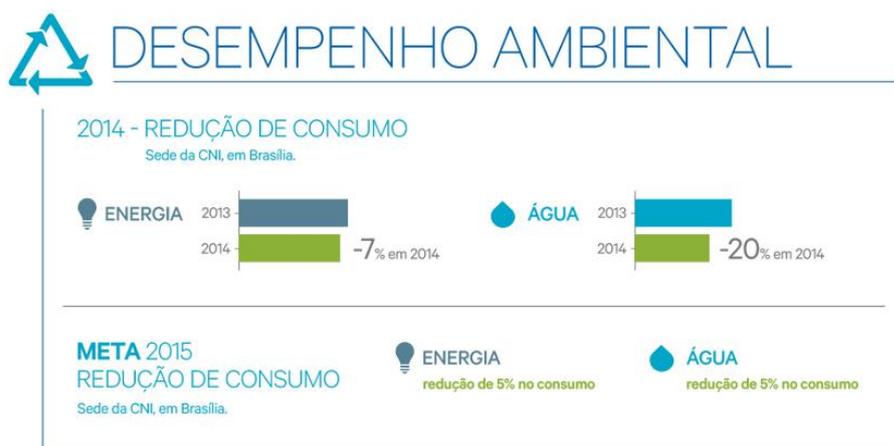
Em 2014, as quatro entidades nacionais do Sistema Indústria empregavam 907 pessoas. Entre os avanços na gestão de pessoas, está a Pesquisa de Clima, feita no ano passado

com 509 funcionários, que apontou a CNI como um excelente lugar para se trabalhar por 80% dos respondentes.

Além disso, pela primeira vez, o relatório traz o desempenho ambiental das instituições do Sistema Indústria. Para se ter uma ideia do ganho de eficiência das entidades, foi reduzido em 20% o consumo de água e em 7% o de energia na sua sede, em Brasília, em 2014 ante 2013.

A economia foi possível graças a uma ampla campanha de conscientização feita com funcionários e também pela troca de equipamentos antigos por tecnologias mais modernas e eficazes, como, por exemplo, a instalação de torneiras de pressão nas pias dos banheiros.

O documento mostra que a CNI e o SENAI fizeram ainda esforços para reduzir os efeitos de emissões de gases estufa em eventos. Foram plantadas quase 17 mil árvores na região da Mata Atlântica para compensar as mais de 2,3 mil toneladas de gás carbônico emitidas durante a Olimpíada do Conhecimento , torneio de educação profissional organizado pelo SENAI, o CNI Sustentabilidade e o 9º Encontro Nacional da Indústria (ENAI).



De acordo com Barreiros, os aspectos ambientais são cada dia mais importantes para a sociedade e a mensuração desses dados estão no cotidiano de indústrias em todo o país.

“Além de promover ações para incentivar empresas a economizar recursos, como a campanha Entre Nessa Corrente, de eficiência energética, a CNI também dá o exemplo ao gerir e criar alternativas para economizar o uso de recursos como água, papel e energia no cotidiano da entidade”, completa o diretor de Comunicação.

SAIBA MAIS - [Acesse o site do Relatório de Sustentabilidade](#) para conhecer todas as informações do documento.